

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO E LINGUAGEM

LÚCIA MARIA BANDOLI VARGAS

NO RASTRO DO ROMANCE: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL EM *FOGO MORTO* E
CIDADE DE DEUS

Linha de pesquisa: Campos Semióticos e Representações Sociais
Área de Concentração: Sociologia da Literatura

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LÚCIA MARIA BANDOLI VARGAS

NO RASTRO DO ROMANCE: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL EM *FOGO MORTO* E
CIDADE DE DEUS

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem, orientada pelo Professor Doutor Pedro Wladimir do Valle Lyra.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2009

LÚCIA MARIA BANDOLI VARGAS

No rastro do romance: Violência Institucional em Fogo Morto e Cidade de Deus

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem, orientada pelo professor Doutor Pedro Wladimir do Valle Lyra.

Aprovada em 14 de dezembro de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Wladimir do Valle Lyra
(Pós-Doutorado em Tradução Poética /UENF- Orientador)

Prof. .Dra^a. Arlete Parrilha Sendra
(Pós-Doutorado em Semiótica pela Universidade de Salamanca-Espanha/UENF)

Prof. Dra^a. Danúsia Torres dos Santos
(Doutora em Estudos da Linguagem/UFRJ)

Prof. Dr. Sergio Luiz de Souza Costa
(Doutorado em Letras – Estudos da Literatura/CEFET)

Prof. Mestre Francisco Estácio Neto
(Mestre em Ciências Sociais / Doutorando em Educação/UFRO – Suplente)

CAMPOS DO GOYTACAZES
2009

Para Beatriz, Henrique e Theo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo.

Aos meus filhos Beatriz e Henrique pela motivação maior em todos os momentos.

Ao meu genro Cristiano Ribeiro Bandoli pela presença, carinho e ajuda nos momentos cruciais.

Ao meu companheiro Itamar, pelo incentivo incondicional.

Ao Professor Pedro Wladimir do Valle Lyra, pelo constante apoio e riquíssima interlocução.

Ao professor Mario Galvão pelo incentivo, paciência e amizade.

A Silvana Bandoli Vargas, pelo compartilhamento do amor pela literatura desde a infância.

Ao Professor Sérgio Luiz de Souza Costa, sempre presente na amizade e na crítica.

À Professora Lana Lage pelas preciosas observações por ocasião da defesa do projeto de pesquisa.

Ao Professor Everardo Paiva de Andrade, com quem foi possível, ao longo da vida acadêmica e também na defesa do projeto, ir mais além.

Aos meus amigos Sergio Estácio de Souza, Lenita Barreto Carneiro, Kátia Ligiéro e Leonardo Nora, pela amizade compartilhada.

Às colegas professoras Márcia Issa e Silvana Bittencourt pela compreensão e incentivo constante.

Às professoras Edilme Rangel e Serenella Piciafuoco, pela amizade, carinho e também ‘por aquelas estantes cheias de livros’ partilhadas desde a adolescência.

Às colegas de Mestrado Rosiane Ribeiro, Deise Primo e Ágata Guimarães, pela amizade e incentivo nos momentos de maior preocupação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF, em 2006 coordenado pela seriedade de Paula Mousinho; em 2007 pela bravura de Arlete Sendra, nos momentos mais difíceis desse Programa. E também ao Carlos Henrique, por tudo que está por vir.

Aos amigos cientistas sociais e militantes Mabelle Bandoli, Alexandra Bandoli e Thiago De Goes, pela calorosa interlocução em todos esses anos de convivência e porque acreditam na possível radicalização democrática de nossa sociedade brasileira.

Ao “Sarau de poesia Devo Ilo”, onde se pode encontrar um oásis e fortalecer a esperança.

RESUMO

Este trabalho tem por proposta elaborar uma reflexão acerca da temática da violência e das práticas de controle social presentes na sociedade brasileira a partir da leitura dos romances *Fogo Morto* e *Cidade de Deus*. Tendo como referenciais teóricos sociologia e literatura, pretendemos demonstrar que as práticas de violência institucional decorrem da hiper-presença do Estado policial na sociedade brasileira rural e urbana do século XX e bem como da ausência do Estado Social como consentâneo da não radicalização democrática. Tal como figurado nos dois romances, a seletividade do sistema penal e a reprodução de mais violência são as conseqüências dessa lógica.

Palavras chaves: Fogo Morto, Cidade de Deus, Sociologia da Literatura, Violência Institucional.

ABSTRACT

This paper has as a proposal elaborate a reflexion about violence and social control topic present in Brazilian society from the romances : Fogo Morto and Cidade de Deus reading. It makes theoretical references to Sociology and Literature, looking for showing that the institutional violence practices comes from the hiper-presence of the policial state in Brazilian rural and urban society on xx century, as the lack of the social state as proper of no democratic radicalization.

As shown in both romances, the criminal system selection and the reproduction of more violence are the consequences of this logic.

SUMÁRIO

Introdução.....01

Capítulo 1 – Simbólico:

1.1. Literatura e Linguagem 04

1.2. Literatura e Sociedade..... 09

Capítulo 2 – Imaginário:

2.1. O Imaginário.....16

2.2. Cordialidade e Violência: as raízes do Brasil.....19

2.3. Uma teoria para o Romance.....24

2.4. As categorias de Bakhtin.....27

2.5. Fogo Morto.....29

2.5.1 O Banditismo Social.....38

2.5.2 Misoginia.....41

2.6. Cidade de Deus.....45

2.6.1. O feminino de Ari / Ana Rubro-Negra.....52

2.6.2. Cabelo Calmo: um modelo.....	54
2.6.3. O feminino e a Diferença Sexual:.....	57
2.7. Literatura e Violência.....	59
2.7.1. Estética da Violência.....	62
2.7.2. Violência e cultura de massa.....	64
2.7.3. Arte e Mimese.....	66
Capítulo 3 – Real:	
3.1. Violência Institucional.....	69
3.2. Estado do Bem-estar Social.....	74
3.3. Punir os Pobres: a gestão da miséria.....	79
3.4. Autos de Resistência.....	82
3.5. A Questão de Gênero.....	83
3.5.1. Crítica da ciência androcêntrica.....	83
3.5.2. Por uma criminologia crítica.....	87
3.5.3. Criminologia Crítica e Feminismo.....	89
3.6. O Desejo Mimético como Raiz Última da Violência.....	91
Considerações finais.....	94
Referências bibliográficas.....	98

IDEOLOGEMA

No começo
o mundo era um balão
e a arte era um espelho.

Mas o mundo mudou:
a arte, que o refletia,
mudou com ele.

Depois
o mundo foi um jardim
e a arte foi uma flor.

Mas o mundo mudou:
a arte, que o adornava,
mudou com ele.

Hoje,
que o mundo é uma arena,
querem
que a arte continue
refletindo as imagens do balão,
exalando os suspiros do jardim.

Mas hoje, porque o mundo é uma arena,
a arte é o que tinha de ser:
- ESTA ARMA.

(LYRA, Pedro 1985.:181)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende, a partir de dois romances com ampla fortuna crítica, investigar como se dá a violência Institucional na realidade brasileira nesse início de século. *Fogo Morto* foi publicado em 1943 e obteve tanto êxito na esfera editorial que foi publicado em mais de dezessete edições e em mais de nove línguas. *Cidade de Deus*, por sua vez, foi publicado em 1995 e recebido com muita efusividade pela crítica. Deu origem ao filme com o mesmo nome e obtendo ampla repercussão, inclusive internacional. Após dez anos, o romance teve sua segunda edição, desta vez comemorativa, e acompanhado de riquíssima fortuna crítica.

São complexas as relações entre realidade e Literatura. Como bem salienta Paulo Lins em entrevista concedida a Revista Caros Amigos, “A realidade não cabe na literatura. Você não pode pegar a realidade e a transformar em literatura, senão vira documento, vira reportagem”. Isso é fato. Sabemos que ao trabalhar com a imaginação o artista constrói uma outra coisa, que não é o real e não descende objetivamente dele. Entretanto, estamos em tempos de ambigüidade no que diz respeito à produção cultural, a ponto de que quando avistamos uma obra de sucesso de vendas e com alguma receptividade pela crítica, ficamos a estranhar tal fato. O certo é que na atualidade há um dissenso entre sucesso editorial e crítica. Se vende é porque não deve ser bom... E isso também é verdadeiro. Basta aferir os fenômenos de vendas que se anunciam diuturnamente, entre eles o Paulo Coelho, só para citar um deles.

Entretanto, nada parece ser assim tão reto. Como diria Lévi Strauss, isso não é tudo ainda. *Fogo Morto* e *Cidade de Deus* fugiram a essa constante e se transformaram tanto em sucesso de crítica quanto editorial. Portanto, em nosso entendimento há aqui algo a ser investigado. Paulo Lins está certo ao afirmar que ‘a realidade não cabe na literatura’. Não cabe mesmo, mas a literatura pode e deve ser vista como *documento*. Ela nos dá acesso à realidade e pode desnudar o senso comum, a visão simplista acerca de temas muito emblemáticos da nossa atualidade. Ora, a produção literária é um fenômeno social:

A literatura faz parte da cultura de uma sociedade tanto quanto seus rituais ou sua organização familiar. É resultante das convicções, das crenças, dos códigos da sociedade. É o imaginário social traduzido numa linguagem discursiva.¹

Uma valorização da abordagem do mundo social a partir de um *documento*, no caso um texto literário, é possível quando vislumbramos que um texto sociológico pode emanar de outras construções simbólicas, constituindo-se em *modelos* ou *teorias*. Também a história é uma narrativa, não de um evento, “mas daquilo que se pode saber sobre um evento”. Como bem afirma Costa Lima:

O reflorescimento da análise sociológica do discurso literário é devido a uma nova concepção de história – onde a idéia de interpretação supera a descoberta da ‘realidade’ do período em estudo.²

Por outro lado, a temática da violência é recorrente não apenas na atual sociedade brasileira, mas, de forma geral, uma constante veiculada nos jornais, revistas *blogs*, conversas, opiniões e etc. São muitas as facetas em que pode ser abordada tão vasta matriz. Dentre todas as violências, escolhemos a violência institucional, a praticada repetidamente pelo Estado e por demais instituições como a família, escola, presídios; porque esta é a que mais aparece como objeto do senso comum e está sendo reproduzida diuturnamente, num processo de reprodução social *ideológico*.

Ora, *Fogo Morto e Cidade de Deus* são pontuais em denunciar dita violência e não há motivos para não abraçarmos a idéia de que por isso foram consideradas a primeira como obra prima e o segundo como autêntico sucesso de crítica e de público.

¹ LIPPI, Lúcia. *Literatura e Ciências Sociais: Literatura e sociedade, teoria literária e análise sociológica*. IN: Os contrapontos da Literatura: Arte, Ciência e Filosofia – Coord. Sonia Salomão Khéde. Petrópolis: Vozes, 1984, pág. 83.

² COSTA LIMA, Luís. *A análise sociológica de literatura*: IN Teoria Literária e suas fontes, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2 edição, 1981.

A finalidade deste trabalho não é o de proceder a uma análise comparativa entre os dois romances. Pretendemos demonstrar que são obras literárias em que a *verossimilhança* alcança padrões bem superiores aos da média. A temática abordada perverte o senso comum e denuncia as relações surpreendentes entre violência e cordialidade.

Para tal, abordaremos no primeiro capítulo as relações que envolvem literatura, verdade e sociedade. Em face das visões opostas sobre a imanência do texto literário, sua independência e autonomia

No segundo capítulo, falaremos sobre as obras em comento e introduziremos as categorias narrativas utilizadas por Bakhtin. Antes, porém, de forma breve, indicaremos o percurso a ser feito através dos conceitos de *homem cordial*, de Sergio Buarque de Holanda, conforme uma atualizada leitura de Silviano Santiago. Em se tratando de uma *teoria do romance*, ficaremos com o pensamento de Lucien Goldmann, que alerta para o fato de a obra de arte não ser apenas uma produção individualista de um escritor, mas consequência de uma rede de complexas relações interindividuais e sendo, portanto, uma expressão coletiva. Reafirmaremos o fato tantas vezes mal interpretado de que a obra não é mero reflexo da sociedade ou vice-versa.

No terceiro capítulo, apresentaremos alguns temas relacionados à violência institucional, conforme presentes nos dois romances. A questão dos direitos historicamente conquistados pela sociedade civil na era moderna e as contradições inerentes. Os autos de resistência, o estado policial substituindo o estado do bem-estar social e a punição da pobreza como desiderato. Tudo isso sendo flagrantemente apoiado pelo senso comum, pedindo mais punição e a solução da prisão como panacéia para todos os males. Não poderíamos deixar de avistar a violência recorrente contra o feminino e a perpetuação desta violência de forma simbólica. Bem como a utilização de um padrão científico em que prevalece o critério androcêntrico, excluindo a esfera reprodutiva e descartando a questão de gênero. Com isso esperamos levantar algumas idéias acerca da violência nossa de cada dia. Para tanto, a leitura de *Fogo Morto* e *Cidade de Deus* será o nosso itinerário.

CAPÍTULO 1: O SIMBÓLICO

Nós – especialistas, críticos literários, professores – não somos, na maior parte do tempo, mais do que anões sentados em ombros de gigantes.

Todorov – A Literatura em perigo

...o texto é lembrança de uma outra tela. Texto que se lembra de um texto anterior. O grau zero da escritura não existe e talvez jamais tenha existido. A literatura é sempre de segundo grau, não em relação à vida ou à realidade social de que ela seria *mimesis* (Auerbach), mas em relação a ela mesma, e o plágio não é senão um caso particular dessa escritura sempre derivada de uma outra.

Michel Schneider, Ladrões de palavras

1.1 LITERATURA E LINGUAGEM:

Desde os primeiros pensadores gregos a arte tem suscitado indagações. Sua natureza tem sido discutida amiúde e também em confronto com a ciência e filosofia. Isso porque também ela, parece-nos, de alguma forma, aponta para a questão do conhecimento. Aristóteles, no capítulo IV da *Poética* relaciona a Literatura com a *mimesis*, mas logo em seguida estabelece esta *mimesis* como um processo de conhecimento. Esta atividade mimética corresponderia a uma tendência humana para o prazer:

(...) é o que acontece na experiência: nós contemplamos com prazer as imagens mais exatas daquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, (as representações de) animais ferozes e (de) cadáveres. **Causa é que o aprender não só muito apraz aos filósofos, mas também, igualmente, aos demais homens**, se bem que menos participem dele. Efetivamente, tal é o motivo por que se deleitam perante as imagens: olhando-as, aprendem e discorrem sobre

o que seja cada uma delas, (e dirão), por exemplo, “este é tal”. Porque, se suceder que alguém não tenha visto o original, nenhum prazer lhe advirá da imagem, como imitada, mas tão somente da execução, da cor ou qualquer outra causa da mesma espécie (grifo nosso).³

Vê-se que desde o pensamento grego pensa-se na arte, de alguma forma, em relação com o conhecimento. Pedro Lyra⁴ parte da ciência como aquela que “(...) se pretende a forma do conhecimento por excelência (...)”, passa pela Filosofia que “(...) não pretende o saber, mas apenas uma paixão pelo saber (...)” e caminhando para a Arte, que “ (...) não se propõe como conhecimento, mas apenas como um fazer (tecne = técnica em grego), uma prática, uma atividade criativa que apenas implica um conhecimento sobre o objeto desse fazer.”

Desse modo, a relação que se estabelece entre o artista e a experiência é particularíssima, uma vez que, segundo Pedro Lyra

(...) o seu trabalho específico não é de investigar lacunas do saber nem o de demonstrar verdades objetivas, mas de explorar criadoramente todas as potencialidades expressivas do seu objeto. (...) É que, enquanto o cientista trabalha basicamente com a experimentação e o filósofo com a especulação, o artista usa basicamente a imaginação: o seu fazer é um criar.⁵

Assim sendo, a arte não se subsume apenas ao aspecto cognitivo, uma vez que seu efeito mais contundente relaciona-se com a produção de um prazer. Esta junção de conhecimento e prazer é o que transforma a arte numa atividade também lúdica e é por meio desta capacidade lúdica que se inscreve a especificidade do conhecimento na arte. Dessa forma, é na arte que essa fusão desemboca num processo de humanização de toda nossa experiência.

³ Aristóteles - *Poética, tradução e prefácio de Eudoro de Souza*, Porto Alegre, Globo, 1966, Capítulo IV, pág. 71.

⁴ Lyra, Pedro. *Ciência, Filosofia e Arte*. IN: Sonia Salomão Khéde (Coord.) – Os contrapontos da Literatura – *Arte, Ciência e Filosofia*, Petrópolis, Vozes, 1984, pág.11.

⁵ Obra citada, pág 15.

Mas esse percurso entre arte, realidade e conhecimento, tem suscitado várias controvérsias ao longo do tempo. Segundo Valery, “A Literatura é, e não pode ser outra coisa, senão uma espécie de extensão e de aplicação de certas propriedades da Linguagem”.⁶ Embora a multiplicidade de relações entre linguagem e literatura, aqui não está a se tratar da linguagem como matéria, mas como *modelo*, uma vez que o *homem* se constitui a partir da linguagem. Isso é o que têm dito os filósofos do século XX e início do século XXI ao afirmarem que este *modelo* (da linguagem) pode ser também reencontrado em toda atividade social. Retomando as palavras de Benveniste, “A configuração da linguagem determina todos os sistemas semióticos”.⁷ Sendo a arte um desses sistemas semióticos, podemos estar certos de nela descobrir a marca das formas abstratas da linguagem. Em certo momento (década de sessenta), Todorov fez a seguinte afirmação:

A literatura goza de um estatuto particularmente privilegiado no seio das atividades semióticas. Ela tem a linguagem ao mesmo tempo como ponto de partida e como ponto de chegada; ela lhe fornece tanto sua configuração abstrata quanto sua matéria perceptível, é ao mesmo tempo mediadora e mediatizada. A literatura se revela portanto não só como o primeiro campo que se pode estudar a partir da linguagem, mas também como o primeiro cujo conhecimento possa lançar uma nova luz sobre as propriedades da própria linguagem.⁸

Face a essa posição particular da literatura, existe uma relação especial entre esta e a lingüística. Não se pode, portanto, ignorar-se o saber acumulado dessa antiga ciência. Entretanto, como toda ciência, a lingüística, às vezes, opera por redução e simplificação do seu objeto. A fim de se construir uma lógica, por exemplo, ela afasta certos traços da linguagem e estabelece a homogeneidade de outros. E, às vezes, os traços menosprezados são talvez aqueles mais importantes dentro de um outro ‘sistema semiótico’. Não se pode, portanto, menosprezar os ensinamentos de outras ciências. A sociologia, a história e a antropologia tem caminhado lado a lado com as ciências da linguagem e essa interpelação torna o objeto literário multidisciplinar.

⁶ APUD: Todorov, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*; Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo - Perspectiva, 2006, 4ª edição, pág. 53.

⁷ APUD obra citada, pag. 55.

⁸ Obra citada, pág. 59.

No que diz respeito ao discurso sobre a literatura (crítica) o universo da significação pôde melhor ser abordado a partir do momento em que se precisou melhor a noção de *sentido*. O que é o sentido? Benveniste diz que é a capacidade que tem uma unidade lingüística de integrar uma unidade de nível superior. O sentido de uma palavra é delimitado pelas combinações nas quais ela pode cumprir sua função lingüística. É o conjunto de suas relações possíveis com outras palavras. Mas em literatura isso fica um pouco mais complexo. Vez que, enquanto na palavra as junções de unidades não ultrapassam o nível da frase, em literatura as frases se integram de novo em enunciados, e os enunciados, por sua vez, em unidades de dimensões maiores, até a obra inteira. Ora, o sentido somente pode ser apreendido por suas relações com outros elementos da obra: a caracterização de um personagem, a preparação de uma transformação na intriga, séries de repetições em círculos concêntricos (Cidade de Deus). Assim sendo, as interpretações de cada unidade podem ser inúmeras, pois dependem do sistema em que ela esteja incluída para ser compreendida. Dependendo do tipo de discurso em que se projeta, teremos uma crítica sociológica, psicanalítica ou filosófica.

Mas será sempre uma interpretação da literatura num outro tipo de discurso, enquanto a busca do sentido não nos conduz ao exterior do próprio discurso literário. Neste ponto talvez seja preciso estabelecer o limite entre essas duas atividades aparentadas e entretanto distintas que são a poética e a crítica.⁹

Adverte Benveniste da existência na linguagem de dois planos distintos de enunciação: o do *discurso* e o da *história*. Esses planos de enunciação, ou categorias fundamentais, se referem à integração do sujeito de enunciação no enunciado. No plano da *história* o locutor não intervém na narrativa, trata-se apenas da apresentação dos fatos advindos a certo momento do tempo. Por contraste, o *discurso* é definido como “toda enunciação supondo um locutor e um ouvinte, tendo o primeiro a intenção de influenciar o outro de algum modo”.

⁹ Obra citada, pág. 59.

A dosagem dos dois planos de enunciação determina o grau de opacidade da linguagem literária: todo enunciado que pertence ao discurso tem uma autonomia superior, pois toma toda sua significação a partir de si mesmo, sem o intermediário de uma referência imaginária.¹⁰

Os formalistas russos também tinham notado a oposição entre *fábula*, série de acontecimentos representados, tais quais eles se teriam desenrolado na vida, da *trama*, arranjo particular dado a esses acontecimentos pelo autor.

Todorov conclui que essa oposição não corresponde a uma dicotomia entre o livro e a vida representada, mas a dois aspectos sempre presentes de um enunciado, a sua dupla natureza de enunciado e enunciação. “Esses dois aspectos dão vida a duas realidades, tão lingüística uma como a outra: a das personagens e a da dupla narrador-leitor.”¹¹

Entretanto, sabe-se que “nem a visão lingüística e nem a visão estruturalista abrange a obra de arte em sua totalidade significativa”.¹² O que restaria então fora do alcance dessas duas correntes? O que escapa à tradicional unidade forma / conteúdo? Para Pedro Lyra¹³

Se aceitarmos a obra literária como uma unidade tri lógica de forma - linguagem - conteúdo, e se a Lingüística se concentra sobre a linguagem e o Estruturalismo sobre a forma, deduzimos que resta fora, exatamente, o conteúdo, o *problema humano*, a mensagem do autor, sua posição diante do homem, do mundo e da vida, que ambos não questionam.

Ora, como o poeta ensaísta afirma, “a arte é o homem”, portanto, faz-se necessário penetrar nessa essência do humano, “ponto de convergência da literariedade, a cujo serviço o escritor coloca todo o seu poder de comunicação (sua linguagem) e todo o seu poder de estetização (sua forma)”.

¹⁰ Obra citada, pág. 60.

¹¹ Obra citada, 61.

¹² Lyra, Pedro. *Literatura e Ideologia – Ensaios de Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, 2ª edição, pág. 179.

¹³ Obra citada, pág. 179.

1.2 LITERATURA E SOCIEDADE:

Torna-se interessante observar que as relações entre Literatura e Sociedade durante todo o século XX apontam, às vezes, para uma certa ambivalência. A imanência do texto literário, tema dos mais discutidos na teoria da Literatura, caem, por vezes, numa relativização ou incongruência total. Mas, quando se volta para os formalistas, nas palavras de Jakobson, a fórmula é clara: “O objeto da ciência literária não é a literatura, mas a *literatúrnost*, isto é, o que faz de uma determinada obra uma obra literária”. Para Todorov, essa fórmula deve ser interpretada ao nível da investigação e não do objeto.

No início da década de sessenta,¹⁴ os estudos literários universitários eram dominados por tendências bem diferentes das de hoje. Explicava-se o texto (uma prática empírica) e associava-o a um contexto histórico e nacional. Antes de proceder a um longo interrogatório acerca do *sentido* da obra, os estudiosos preparavam um minucioso inventário sobre tudo que as cercava: biografia do autor, protótipos possíveis das personagens, variantes da obra, além das reações provocadas por ela em seu tempo.

Eu sentia a necessidade de equilibrar essa abordagem com outras, com as quais me familiarizei graças a leituras em línguas estrangeiras, a dos formalistas russos, dos teóricos alemães do estilo e das formas (Spitzer, Auerbach, Kayser) e dos autores do *New Criticism* americano. Pretendia também que, em vez de proceder de maneira puramente intuitiva, fossem explicitadas as noções utilizadas na análise literária: para esse fim, trabalhei, junto com Genette, na elaboração de uma poética, ou estudo das propriedades do discurso literário.¹⁵

Todorov afirma que, entretanto, sentia a necessidade de proceder a uma abordagem interna (estudo das relações dos elementos da obra entre si) complementada por uma abordagem externa (estudo do contexto histórico, ideológico, estético). O aumento da

¹⁴ Todorov, Tzvetan. *A Literatura em perigo* – Tradução de Caio Meira – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

¹⁵ Obra citada, pág 36.

precisão dos instrumentos de análise permitia estudos mais rigorosos, mas o fim último continuava sendo o *sentido* das obras.

Minha intenção era a de estabelecer um melhor equilíbrio interno e externo, como entre teoria e prática. Entretanto não foi assim que as coisas se passaram. (...) O ponteiro da balança não se deteve num ponto de equilíbrio, indo muito além na direção oposta: hoje prevalecem as abordagens internas e as categorias da teoria literária.¹⁶

Voltemos um pouquinho no tempo: durante um século, a história literária dominou os estudos universitários. Investigava-se essencialmente as causas que conduzem ao surgimento da obra: as forças sociais, políticas, étnicas e psíquicas. O texto literário seria consequência. Concedia-se preferência à inserção da obra literária numa cadeia causal. O estudo do sentido era considerado suspeito, não sendo considerado científico o bastante. A Literatura não se enquadrava como encarnação de um pensamento e tampouco como interpretação do mundo.

Essa tendência exacerbou-se na fase mais recente dos estudos literários. A ponto de considerar-se a obra como objeto de linguagem fechado, auto-suficiente, absoluto e não tendo relações com o restante do mundo. O que interessaria são apenas as relações dos elementos da obra entre si.

A recusa em ver na literatura um discurso sobre o mundo ocupa ainda hoje uma posição dominante no ensino universitário da França e exerce uma influência notável sobre os professores de literatura, segundo Todorov.¹⁷

Diversamente do estruturalismo clássico, que afastava a questão da verdade dos textos, o pós-estruturalismo quer de fato examinar essa questão, mas seu comentário invariável é que ela nunca receberá qualquer resposta. O texto só

¹⁶ Obra citada, pág 37.

¹⁷ Obra citada, pág. 42.

pode dizer uma única verdade, a saber: que a verdade não existe ou que ela se mantém para sempre inacessível.

Outra tendência seria o niilismo, uma visão de mundo onde a verdade da condição humana está imersa na perversidade, na destruição, na violência e onde a vida é o advento de um desastre. Aí, neste caso, não se pode mais afirmar que a literatura não descreve o mundo: “mais do que a negação de uma representação, ela é a representação de uma negação”¹⁸.

Outra prática ainda leva o autor (num exercício de solipsismo e numa atitude complacente e narcísica) a descrever suas reminiscências mais fúteis, suas emoções mais torpes, levando a crer que quanto mais repugnante, mais fascinante o mundo. “Uma de suas variantes recentes é o que se chama de ‘autoficção’”¹⁹.

Para Todorov, tanto o niilismo quanto o solipsismo repousam na idéia de que uma ruptura radical separa o *eu* e o mundo. Ou seja, não existe mundo comum. São visões de mundo parciais, onde num se omite um lugar para si mesmo e seus semelhantes no quadro de desolação geral e no outro, negligencia-se a representação do contexto humano e material que torna o mundo possível. Ambas as visões complementam a escolha formalista, segundo Todorov.

As ligações significativas entre literatura e mundo tem uma história longa e complexa. Para a teoria clássica da poesia, a relação com o mundo exterior sempre foi afirmada com grande força. Para Aristóteles, a poesia é uma imitação da natureza e segundo Horácio sua função é agradar e instruir. Note-se aí a presença tanto do ‘autor’ quanto do ‘leitor’ . Entretanto, na Europa cristã dos primeiros séculos, a poesia servirá à transmissão e glorificação de uma doutrina cristã. Com o Renascimento, e sob formas mais profanas, o culto ao belo fará um retorno aos critérios antigos, libertando-se da tutela anterior e caminhando em direção à secularização. Os tempos modernos trarão nova

¹⁸ Obra citada, pág. 43.

¹⁹ Obra citada, pág 43.

concepção (séc.XVIII) de arte: crescente secularização do mundo na Europa e uma nova sacralização da arte. Graças à arte, o ser humano pode atingir o absoluto.

Segundo Benjamin, o culto à beleza predominante em três séculos sofreu o primeiro grande abalo com a possibilidade de reprodução da obra de arte:

Quando surgiu a primeira técnica de reprodução verdadeiramente revolucionária, a fotografia, que é contemporânea dos primórdios do socialismo, os artistas pressentiram a aproximação de uma crise que ninguém __ cem anos depois __ poderá negar. Eles reagiram, professando ‘a arte pela arte’, ou seja, uma teologia da arte. Essa doutrina da qual Mallarmé deveria extrair todas as conseqüências no âmbito literário __ conduzia diretamente a uma teologia negativa: terminava-se, efetivamente, por conceber uma arte pura, que recusa, não apenas desempenhar qualquer papel essencial, mas até submeter-se as condições sempre impostas por uma matéria objetiva.²⁰

Esse conjunto de relações colocam em evidência a emancipação da obra de arte com relação à sua existência parasitária que lhe era imposta por seu papel ritualístico anterior. A possibilidade de reprodutibilidade da arte, segundo Benjamin, trará novo fundamento para sua existência: não mais se fundando no *ritual*, mas em outra práxis: a *política*.

Entretanto, a primeira ocorrência conhecida em francês da expressão ‘arte pela arte’ encontra-se no diário de Benjamin Constant em 11 de fevereiro de 1804.²¹ Acompanhado de Germaine de Staël, ele passa alguns dias em Weimar e lá debatem com Robinson, aluno de Schelling sobre as noções difundidas por Kant em seu ‘Crítica da faculdade do juízo’ (1790).

Segundo Todorov²², ao escrever sobre a tragédia, Constant tornará seu pensamento mais preciso: “A paixão impregnada de doutrina, e servindo a desdobramentos filosóficos, é um contra-senso do ponto de vista artístico.” Não significando isso que a obra

²⁰ Benjamin, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade máxima*.

²¹ Todorov, Tzvetan. *A Literatura em perigo*. Traduzido por Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

²² Obra citada, pág. 59.

não venha a agir sobre o espírito de seu leitor: “ A instrução não será o objetivo, mas o efeito do quadro.”

Em 1800, Germaine de Staël publica uma obra intitulada: “Da Literatura considerada em suas relações com as Instituições Sociais” e nisso permanecendo fiel às idéias de seu companheiro Constant. Assim, toda a estética iluminista teve êxito em manter o equilíbrio instável entre arte e sociedade:

Por um lado, diversamente das teorias clássicas, ela desloca o centro da gravidade da imitação à beleza, afirmando a autonomia da obra de arte; por outro, essa estética nunca ignora a relação que liga as obras ao real: elas ajudam a conhecê-lo e agem reciprocamente sobre ele. A arte continua a pertencer ao mundo comum doas homens.²³

Nessa esteira, a estética romântica imposta a partir do século XIX não introduz ruptura notável. A arte continua a ser um conhecimento do mundo. Mas esse conhecimento ao qual se acede através da arte entende-se superior, pois acessa através do prazer um conhecimento que acessa uma segunda realidade, mais profunda ou mais essencial.

Diametralmente, Baudelaire afirma que “A poesia não tem como objeto a verdade, ela não tem senão a Si mesma. Os modos de demonstração da verdade são outros e estão em outro lugar. A verdade não tem nada a fazer com as canções”. Mas esse não é o compromisso profundo de Baudelaire. Para ele, ser poeta implica nos mais ‘altos deveres’. Fiel a Kant, afirma que “A imaginação é a mais científica das faculdades, porque apenas ela pode compreender a *analogia universal*”, ou quando escreve “A imaginação é a rainha do verdadeiro”. Para Todorov não há nenhuma contradição na escrita de Baudelaire, pois para ele a arte e a poesia se referem à verdade, mas à verdade da arte não tem a mesma natureza que aquela perseguida pela ciência, que tem natureza diversa. A verdade aspirada pela literatura é a do *desvelamento*.

²³ Obra citada, pág 61.

Até mesmo Oscar Wilde, principal porta-voz na língua inglesa da doutrina da autonomia na arte, afirma que ‘a vida imita a arte muito mais do que a arte imita a vida’.

Vê-se até aqui que é sutil a inter-relação entre arte e verdade. Mas, no século XX, segundo Todorov, vai haver a ruptura decisiva. Isso se deve em grande parte às teses de Nietzsche quando questiona a existência da *verdade* e dos *fatos* considerados independentemente de suas interpretações.

A partir deste momento, não apenas a pretensão da literatura ao conhecimento não deixa de ser legítima, mas também os discursos da filosofia e da ciência se vêem marcados pela mesma suspeita. Essa nova atitude relativa à arte vai simultaneamente ao encontro do extremismo de alguns autores do século XVIII, que não tinham sido seguidos por seus contemporâneos. É o caso de Winckelmann, que declarava ‘O objetivo da verdadeira arte não é a imitação da natureza, mas a criação da beleza’, o que excluía assim toda dimensão cognitiva da obra.

Para Todorov, a partir daí, a *imitação*, que agora se chama *beleza*, promoverá uma ruptura, perdendo-se a complexidade vislumbrada nos séculos XVIII e XIX. Nessa esteira, o abismo entre literatura de massa e literatura de elite, matéria para profissionais (críticos, professores e escritores). “De um lado o sucesso comercial: do outro, as qualidades puramente artísticas.”²⁴

Não avançaremos a questão sobre essa possível incompatibilidade entre arte e não arte.

Face a isso, torna-se necessário “ler os testemunhos históricos a contrapelo”, como Walter Benjamin sugeria²⁵, contra as intenções de quem os produziu, mas levando em conta, obviamente, essas intenções. Tal desiderato faz supor que, como afirma Ginzburg,²⁶

²⁴ Obra citada, pág. 67.

²⁵ Benjamin, Walter. *Sobre o conceito de história*. IN: Obras escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política (vol.I) Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996, 7ª edição, pág. 225.

²⁶ Ginzburg, Carlo. *O fio e os rastros (verdadeiro, falso, fictício)* – Tradução de Rosa Freire de Aguiar e Eduardo Brandão – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pág. 12.

...todo texto inclui elementos incontrolados. Isso também vale para os textos literários que pretendem se constituir numa realidade autônoma. Até neles se insinua algo de opaco, comparável às percepções que o olhar registra sem entender, como o olho impassível da máquina fotográfica. Essas zonas opacas são alguns dos rastros que um texto (qualquer texto) deixa atrás de si.

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida.

CAPÍTULO 2 : O IMAGINÁRIO

2.1. O IMAGINÁRIO:

Fiquei encantado com Balzac, Dostoievski, aí tem o Marçal Aquino, tem o Mauro Pinheiro do *Cemitério de Navios*. Tem Guimarães Rosa, Lima Barreto, Machado de Assis, José Lins do Rego tem o Fogo morto, esse livro é de uma poesia... É tripartido, eu fiz tripartido, são três histórias, eu copiei esse livro, roubei. Só que botei na versão urbana. Recomendo aqui assim: antes de ler o *Cidade de Deus*, leia *Fogo Morto*.

Paulo Lins em entrevista concedida à Revista Caros Amigos, pág. 35.

Fogo morto e Cidade de Deus são obras literárias publicadas uma na primeira (1943) e a outra na segunda (1995) metade do século XX. Ambas têm como núcleo a temática da violência como tentativa de resolução de conflitos individuais e coletivos.

Por que falar de violência e também de literatura? Não conviria, antes, recorrer à economia, sociologia ou política? Essa é a pergunta que se faz Jacques Leenhardt no prefácio da obra de Ronaldo Lima Lins que trata exatamente, em vários ensaios, da problemática relacionada a duas tão vastas matrizes.

Explica o eminente autor que a *palavra* jamais compreende duas experiências comparáveis, uma vez que representa sempre o significante flutuante de todo processo social antagonico. O que alguns chamam de ‘manutenção da ordem’, outros vêem como manifestação da legítima violência. Nunca existiu sociedade que não conhecesse da

violência, mas é raro que o poder fale de si mesmo em termos de violência. Ainda que sua defesa seja legítima, jamais a descreverá como violência. E como adverte Vauvenargue, 'não há violência, nem de usurpação, que não se prevaleça da autorização de alguma lei'.²⁷

Portanto, a problemática da violência não nos interessa pelo que dela pode ser descrito, mas de como ela se legitima, mesmo numa sociedade que vivencia o Estado Democrático de Direito, um Estado Legal, ou seja, que chegou à modernidade. Pois a violência é sempre fruto da não concordância entre normas e princípios, quando se apaga a idéia de corpo social, quando a dissonância entre a liberdade e direito apontam para um paradoxo. Poderíamos ainda dizer que tal ocorre, quando, por reverberação, o tecido social chegue ao esgarçamento máximo, incontrolável.

Este paradoxo tem sido reivindicado por alguns filósofos como forma de contrapoder. Entretanto, a violência, quando instalada, encastelada, muda de nome e pretende a partir daí ser considerada legítima. Mas, se é incerta a sua denominação e conceito, pode-se também afirmar que, assim sendo, esta somente pode aparecer como objeto numa cultura que reconheça as diferenças, ainda que tenda a reprimi-las.

Literatura e violência não se subsumem a uma definição conceitual, porque esta conceituação depende sempre de quem a enuncia. Portanto, violência e literatura se imiscuem, haja vista estarem ambos no terreno da ficção, do relato.

Em toda a história da humanidade, a arte e a literatura inventaram mil formas de dizer da indizível violência. *Fogo Morto* e *Cidade de Deus* são obras literárias que desnudaram o real, deixando à mostra uma reflexão possível sobre a compreensão de um fenômeno demasiado humano.

Para desenvolver este trabalho, necessário elaborar um programa que possa confrontar o universo pluridimensional da violência nas duas obras, a partir de uma tomada

²⁷ LINS, Ronaldo Lima. *Violência e Literatura* – Prefácio de Jacques Lenhardt – Riode Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. Pág. 14.

de posição consciente, que opte por ater-se aos objetivos propostos, como forma de *desvendamento* do real. Como afirma Roberto Schwarz em seu famoso texto, ‘As idéias fora do lugar’²⁸:

Ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência.

A literatura (realista), como testemunha do real, não é o que faz dela arte. É a linguagem e a forma que fazem dela literatura. Entretanto, por meio dela pode-se acessar essa realidade e por isso aderimos à posição de Lucien Goldmann, que será abordada mais à frente. Por ora, tracemos nossos objetivos:

1. Elaborar uma análise comparativa entre os romances ‘Fogo Morto’ de José Lins do Rego e ‘Cidade de Deus’ de Paulo Lins no âmbito da sociologia da literatura, relacionando seus pontos de contato no que diz respeito ao uso da linguagem, polifonia e estrutura tripartida.

2. Mapear a violência de gênero e urbana/rural presentes nas duas obras, relacionando-as com a ausência/hiper-presença estatal na solução de conflitos e contrapondo-a com a mediação do favor.

3. Identificar aspectos de relações de cordialidade dos personagens das obras objeto como forma interna de solução de conflitos.

4. Relacionar nas duas obras a permanência das condições de miséria e violência presentes na sociedade brasileira rural e urbana no transcorrer do século XX.

Tais objetivos engendram hipóteses traçadas com a finalidade de limitar o campo de trabalho, uma vez que este não pretende investigar a profundidade das obras e

²⁸ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades: Editora 34. 2008. 5 edição. Pág. 31.

autores em comento. A análise literária pode incorrer em grave erro se não açambarcar a inteireza biográfica dos autores envolvidos, toda a sua obra e fortuna crítica. Entretanto, não se pretende fazer aqui estudos estilísticos e/ou comparativos. Mas a Sociologia da Literatura pode e deve proceder à imperiosa e criteriosa investigação da realidade, onde a literalidade de referidas obras demonstram, pela fortuna crítica existente, um caminho mais que possível. Para tanto, podemos fazer as seguintes afirmações iniciais:

1. Existem, no plano da intertextualidade, fortes pontos de contato entre as obras *Fogo Morto* e *Cidade de Deus*, tanto no que diz respeito ao uso da linguagem coloquial, como da estrutura tripartida e polifônica.

2. A temática da violência presente nas duas obras remete, no contexto da sociologia da literatura, à ausência do Estado Social e hiper-presença do Estado policial na resolução de conflito de interesses entre indivíduos e entre estes e o Estado.

3. As relações de cordialidade estão presentes em alguns personagens de ambos os romances, como busca pela pacificação social e pela sobrevivência.

A obra literária pode ser concebida como meio de acesso ao conhecimento da realidade social de um determinado *locus* e em uma determinada época. Ao se verificar a permanência das condições sociais de violência/miséria em obras distintas pode-se interpretar como se estrutura a violência urbana/rural e o papel do Estado na solução de conflitos.

2.2. CORDIALIDADE / VIOLÊNCIA: AS RAÍZES DO BRASIL:

Propomos uma análise comparativa das obras escolhidas, na tentativa de investigar permanências e possíveis rupturas no contexto da afirmação do Estado de Direito no Brasil durante o século XX. O paradoxo existente entre violência social e cordialidade

entre sujeitos no dia-a-dia emerge das obras literárias e constitui um caminho de acesso ao conhecimento desta realidade social. O conceito amplamente debatido no Brasil de *homem cordial*²⁹ proposto por Sergio Buarque de Holanda pode ser usado como farol iluminador da formação da gente brasileira, (especialmente das classes subalternas), indicando-nos a possibilidade de contrapô-lo às questões da temática da violência presentes em ambas as obras.

Insistimos que o materialismo histórico ainda é a chave a desvendar rastros. A sociologia da Literatura em Goldmann e Lukács, aliados à leitura de Antonio Candido se afina com a pesquisa, tendo em vista que a criação literária não pode ser considerada mero reflexo da realidade, ou vice versa. Mas no tripé enunciado ‘autor/obra/público’ por Antonio Candido, pode-se esclarecer a produção artística e, por conseguinte, também esclarecer a ‘realidade social’ em que a obra se insere.

Silviano Santiago pode também indicar um caminho a ser seguido: a retomada por este autor do conceito de ‘homem cordial’, já enunciado por Sergio Buarque de Holanda no início do século XX, faz crer que estamos no caminho certo. A crítica literária pode se coadunar com a crítica da cultura na tentativa de investigar a forma como os conteúdos ideológicos se articulam e se interpenetram. Entretanto, algum cuidado tem que ser tomados para trabalhar o conceito cordialidade.

Tendo em vista a prole equivocada de livros e ensaios que gerou, Sergio Buarque sempre fez questão de afirmar que o conceito deve ser usado em seu sentido exato e estritamente etimológico. Uma vez que tem origem em CORDIS – coração. Mas também tem origem no latim medieval, *cordialis*, que significa relativo ao coração.

²⁹ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

Silviano³⁰ informa que o capítulo sobre o homem cordial é escrito sob o efeito e a inferência do desleixo do semeador na educação e políticas brasileiras. Ele entende que esse desleixo aparecia recalcado pelo conceito de sobranceria e que definiu o ser brasileiro pela influência do dado hereditário transmitido pelos marinheiros e civilizadores europeus vindos dos territórios-ponte (Portugal e Espanha).

Em terras de barões, o desleixo, tão nosso quanto ‘saudade’ é portuguesa, aponta sugestivamente para a contribuição brasileira para a civilização, que é a cordialidade.

Segundo Santiago, ao pleitear o postulado da sensibilidade e da sensualidade, e não a geometria da razão, desleixo aponta também para certa infixidez das classes sociais em Portugal. Remete também para um tipo particular de democracia. Democracia esta que, através da porta arrombada da infixidez das classes sociais, acompanha-se de adjetivos, tais quais ‘brasileiro’. E já daí sua impropriedade...

O crítico pede licença e circunstancia o termo invocado de ‘democracia’. Refere-se ele, segundo Silviano, ao culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar de democrático, com alguma impropriedade. Tal matéria já foi suficientemente investigada por vários autores, tanto no que diz respeito ao *jeitinho brasileiro*, tanto no que diz respeito à violência simbólica, incrustada em nossas relações de classe. Abordaremos mais à frente a questão da violência simbólica, porque mais abrangente.

Entre outros, José Murilo da Carvalho, em ‘Os bestializados’, defende a existência desta ‘democracia à La brasiliene’, lembrando que a festa portuguesa da Penha foi aos poucos sendo tomada por negros e por toda a população dos subúrbios, fazendo-se ouvir o samba ao lado do fado e das modinhas.

³⁰ Santiago, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco. 2005.

Os dois autores (Silviano e Sergio Buarque) crêem que o problema do Brasil é antes de econômico, político. E aí temos que entender que Sergio Buarque foi um leitor de Max Weber.

Um segundo cuidado diz respeito ao conceito de *indecidível* apropriado por Santiago de Derrida. A cordialidade produz um efeito de meio, pois contém ao mesmo tempo dois termos: amizade / inimizade, concórdia/ discórdia.

O indecidível não se deixa compreender pela oposição binária e, no entanto, a habita, resiste-lhe e a desorganiza. Por isso Santiago sustenta que essa cordialidade nunca significa polidez, bons modos, educação formal. Ambivalente e paradoxalmente ela ressignifica e possibilita o convívio social.

A comunidade nacional e cosmopolita que intriga os dois ensaístas não pode ser apenas um agrupamento de bondosos ou ferozes. O brasileiro tem de buscar a harmonia entre os opostos: ser cordial. Existe um nexos que liga os sentimentos opostos de ambivalência e assim, a contribuição dos brasileiros para a civilização não será nem pura maldade e nem pura bondade. Nas palavras de Sergio Buarque, ‘a atitude polida consiste precisamente numa espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no homem cordial’. Qual seja, a mímica é deliberada e, ao mesmo tempo, espontânea. É preciso se acostumar aos paradoxos: a máscara do homem cordial marca o retorno ao desleixo à cena da escrita de Raízes do Brasil. A máscara é uma fórmula de defesa (do indivíduo) contra a sociedade. A máscara é o artifício que se naturaliza. Afirma Sergio Buarque que a cordialidade detém-se na parte epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir como peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá cada qual preservar intactas suas sensibilidades e emoções.

Um outro cuidado tem de ser tomado: É o de mais uma vez sobreimprimir o desleixo à sobrançeria. A cadeia da sobrançeria é responsável pela geração dum sistema filosófico estrangeiro e coercitivo, dominado pelo respeito e rigor, de que é exemplo tanto o

japonês xintoísta quanto o comerciante norte-americano diante da realidade de que “no Brasil para se fazer negócios é necessário fazer amigos”.

A seu favor, Sergio Buarque invoca a autoridade de Amado Alonso, crítico literário e filólogo espanhol: A profusão de formas diminutivas denuncia um caráter cultural, uma forma socialmente plasmada do tom amistoso em quem fala e sua petição de reciprocidade.

Ainda no plano lingüístico, Sergio Buarque anota o transplante de certa antiga tendência dos territórios-ponte europeus para o Brasil. A tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome de batismo, o prenome, que prevalece.

Sergio Buarque antecede José Murilo de Carvalho sobre a falta de participação popular na esfera da política brasileira. Para ele essa forma popular e ‘democrática’ de religiosidade, onde as classes sociais se misturam (Festa da Penha, por exemplo), não se eleva a fim de produzir ‘qualquer moral poderosa’ e toda elaboração política só é possível fora dela, isto é, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e nunca para a razão e para a vontade.

Não se quer aqui advogar a tese de nação incruenta, longe disso. Torna-se necessário examinar a origem e tessitura de relações forjadas num sistema simbólico de violência, onde muito presentes a *ideologia do favor*, em contraponto às discussões mais triviais acerca da violência real. Por enquanto deixemos para um momento posterior, na terceira parte deste trabalho, tal desiderato.

2.3. UMA TEORIA PARA O ROMANCE: DE LUKÁCS A GOLDMANN:

Para Goldmann,³¹ a criação cultural constitui um setor privilegiado, porém da mesma natureza que outros setores do comportamento humano e, portanto, sujeito às mesmas leis e dificuldades. Para ele, a análise estruturalista-genética na literatura consiste na aplicação de um método geral que julga ser o único válido em ciências humanas. Como tal, o estruturalismo-genético parte da hipótese de que todo o comportamento humano é uma tentativa para dar uma resposta significativa a uma situação particular e tende, por isso mesmo, a criar um equilíbrio entre o sujeito da ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, o mundo ambiente. Porém, essa tendência ao equilíbrio tem caráter provisório, uma vez que será superado por um novo equilíbrio e assim sucessivamente, tendo em vista que a realidade humana apresenta-se como processo bilateral: desestruturação das estruturas antigas e estruturação de novas totalidades. Nesta esteira, o estudo dos fatos humanos, e dentre eles a criação cultural, implica o esforço de esclarecimento desses processos e bem como o sentido para qual eles se orientam.

A primeira questão que se coloca é a do sujeito do pensamento e da ação: numa abordagem dialética e marxista, Goldmann afirma que este sujeito real somente poderá ser a coletividade. Coletividade que não é outra coisa senão uma complexa rede de relações interindividuais.

Em *A teoria do Romance*, Lukács elabora uma tipologia do romance baseando-se na relação entre o herói e o mundo, numa relação de oposição constitutiva entre ambos e de conseqüente degradação tanto do herói quanto do mundo. Ele define esse herói como *problemático*. O romance é a história de uma investigação degradada: a pesquisa de valores autênticos num mundo também degradado. Por valores autênticos leiam-se aqueles não manifestamente presentes no romance, mas que organiza de modo implícito o conjunto de

³¹ Goldmann, Lucien. *A Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

seu universo. Valores que divergem em cada romance. Para Lukács, o romance caracteriza-se por uma ruptura insuperável entre o herói e o mundo, engendrando uma oposição constitutiva. Uma oposição radical conduziria à tragédia ou à poesia lírica e uma ruptura apenas acidental teria conduzido à epopéia ou ao conto. Situando-se entre os dois pólos, o romance possuiria uma natureza dialética, uma vez que participa tanto da comunidade fundamental do herói quanto do mundo que toda épica supõe. Esse novo gênero, de um personagem problemático e sua busca degradada, inautêntica, de valores autênticos, criada na recente sociedade individualista, foi chamada 'romance'. Romance que é ao mesmo tempo biografia e crônica social. E para a estética de Lukács, toda nova forma artística nasce da necessidade de exprimir um conteúdo essencial. A ironia do escritor e a conversão final do herói romanesco leva à seguinte conclusão: o caminho começou, a viagem terminou. O romance seria o único gênero onde a ética do romancista converte-se em problema estético da obra.

Lucien Goldman parte de Lukács e observa que a partir de Kafka há uma transformação do gênero romance, que corresponde à análise marxista da coisificação. Fenômeno desenvolvido por Marx no século XIX, mas que somente irá aparecer nos romances de depois da Grande Primeira Guerra. Conclui ele então que o primeiro grande problema que uma sociologia do romance deve enfrentar é o da relação entre a própria forma romanesca e a estrutura do meio social onde ela se desenvolve. Ou seja, o romance é realmente o gênero literário da moderna sociedade individualista, nascida da produção para o mercado. Existe, portanto, uma *homologia* rigorosa entre a forma literária do romance e a relação cotidiana dos homens com os bens em geral.

A teoria do *fetichismo* da mercadoria e da *coisificação*, descoberta das mais importantes de Marx, afirmava que nas sociedades que produzem para o mercado (onde predomina a atividade econômica) a consciência coletiva perde progressivamente toda a realidade ativa, tendendo a converter-se num simples reflexo da atividade econômica e finalmente desapareceria. Deste modo, ocorreria uma modificação radical no estatuto da consciência individual e coletiva e, implicitamente, das relações entre a infra-estrutura e a superestrutura.

Goldman se pergunta: como se faz a ligação entre as estruturas econômicas e as manifestações literárias numa sociedade onde essa ligação tem lugar fora da consciência coletiva? Ele próprio vai apontar alguns fatores convergentes:

A tendência em se fazer do dinheiro um valor absoluto e não apenas simples mediações que assegurem o acesso a outros valores; a subsistência, nessa sociedade, de indivíduos essencialmente problemáticos, que mantêm seu pensamento e comportamento dominados pelos valores qualitativos, mas sem escapar inteiramente à ação do mercado e da sociedade coisificada; o fato de nenhuma obra ser expressão de uma experiência puramente individual, mas de um descontentamento afetivo não conceptualizado e por último a existência nesta sociedade liberal produtora para o mercado de um conjunto de valores (liberdade, igualdade, propriedade, direitos do homem, desenvolvimento da personalidade etc.) redundando numa enorme contradição interna entre o individualismo como valor universal gerado pela sociedade burguesa e as limitações que essa mesma sociedade impõe às possibilidades de desenvolvimento do indivíduo.

Goldman sustenta que tanto é assim que ao desaparecer o individualismo, com as transformações da vida econômica e a substituição da economia de livre concorrência por uma economia de cartéis (final do século XIX/início século XX) assistimos a uma transformação paralela da forma romanesca, com a dissolução progressiva e o desaparecimento pontual do personagem individual, do herói. Se Lukács caracterizou o romance tradicional pela proposição ‘o caminho começou, a viagem terminou’, o novo romance suprimiria a primeira fase da proposição, ‘a aspiração existe, mas a viagem terminou’ (Kafka seria o maior representante dessa fase) e por último, a proposição seria ‘a viagem já acabou, sem que o caminho tivesse jamais começado’, onde estaria implícito o romance da ausência de sujeito.

2.4. AS CATEGORIAS NARRATIVAS DE BAKHTIN:

Além dos conceitos de homologia em Goldman e de Homem cordial em Sergio Buarque de Holanda, recorreremos também às categorias trabalhadas por Bakhtin, tais como *dialogia*, *polifonia*, *intertextualidade* e *heterodiscursividade*.

Para Bakhtin a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua e o diálogo é uma das formas mais importantes de interação. Diálogo no sentido mais amplo, como relação que ocorre entre interlocutores em uma ação histórica compartilhada socialmente, ou seja, num tempo e lugar específicos, mas sempre mutável, devido às variações do contexto. O *dialogismo* é sempre constitutivo da linguagem, pois mesmo numa produção monológica há sempre uma relação dialógica. Portanto, todo gênero é dialógico. O romance, dialógico por natureza.

Alguns autores, dentre eles Moirand,³² distinguem o dialogismo intertextual do dialogismo interacional. O primeiro remete às marcas de heterogeneidade enunciativa, à citação, no sentido mais amplo e o dialogismo interacional remeteria às múltiplas manifestações da troca verbal.

Para Bakhtin, entretanto, dialogismo refere-se sempre à dimensão profundamente interativa da linguagem. Seja oral ou escrita. Para ele não se pode dissociar duas faces do dialogismo, não existindo diferença entre dialogismo intertextual e dialogismo interacional:³³

Toda enunciação, mesmo sob sua forma escrita cristalizada, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ela é apenas um elo na cadeia dos atos da fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, estabelece uma polêmica com elas, aguarda reações ativas de compreensão, antecipa-se sobre estas etc.

³² Maingueneau, Dominique. *Termos-Chaves da Análise de Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, pág.42.

³³ IBIDEM.

A *polifonia* se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso. Há gêneros dialógicos monofônicos (uma voz que domina outras vozes) e gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas). O gênero romance, para Bakhtin, é o gênero polifônico por natureza, pois apresenta sempre diferentes vozes sociais que se defrontam manifestando diferentes pontos de vista sobre um dado objeto. Para Maingueneau, a problemática da polifonia põe em causa a unicidade do sujeito falante e, increve-se então, na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva.

A *heterodiscursividade* pressupõe que a linguagem seja heterogênea, ou seja, que o discurso seja sempre construído a partir do discurso do outro, que é o ‘já dito’ sobre o qual qualquer discurso se constrói. Todo texto apresenta como dimensão constitutiva as mais variadas relações dialógicas com outros textos. Essas relações dialógicas pressupõem necessariamente a *langue*, que possibilita e garante a interindividualidade dos signos, mas não existindo no sistema lingüístico, manifestam-se por enunciação e, por conseguinte, na produção textual.

Aqui é bom lembrar que, como afirmou Bakhtin³⁴, “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.”

A *intertextualidade*, por sua vez, é a interação semiótica de um texto com outro texto. Esta relação é regida por uma identidade estrutural, devendo ser considerado o texto e o seu intertexto como variantes da mesma estrutura. Paulo Lins, em entrevista ‘virtual’, afirmou que para ler Cidade de Deus, seria necessário antes ler Fogo Morto, pois, daquele romance o autor teria colhido mais que inspiração.

³⁴ Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988, 4ª edição, pág.113.

2.5. FOGO MORTO:

Fogo Morto é a obra prima de José Lins do Rego, assim considerado pela crítica, nas palavras de Mario de Andrade, Antonio Cândido e Tristão de Athaíde. Também nas considerações de Otto Maria Carpeaux, inseridas na apresentação da 17ª edição por Wilson Lousada:³⁵

A obra de José Lins do Rego é mais, muito mais do que um documento sociológico; É qualquer coisa de vivo, porque o seu criador lhe deu o próprio sangue, encheu-a dos seus gracejos e tristezas, risos e lágrimas, conversas, doenças, barulhos, disparates, e da sua grande sabedoria literária. Deu-lhe o hálito da vida. Essa obra não morre tão cedo. É eternamente jovem, como o povo; É eternamente triste, como o povo. É o trovador trágico da província.³⁶

Romance polifônico publicado em 1943, divide-se em três partes. Cada uma delas traz no título o nome de suas personagens principais: “O Mestre José Amaro”, seleiro pobre e orgulhoso; “O Engenho de seu Lula”, senhor de Engenho decadente e inepto; e por último, “O Capitão Vitorino Carneiro da Cunha”, que perpassa toda a narrativa, uma vez que as histórias se entrecruzam, e constitui a figura quixotesca que busca a justiça. A trama se passa em Pilar, na Paraíba, no primeiro quartel do século XX.

Mestre José Amaro é um seleiro que mora na beira de uma estrada, onde vez por outra passa o cabriolé do Coronel Lula de Holanda, que é o proprietário local, mas onde o seleiro detém a posse de sua casa há mais de trinta anos. O seleiro recusa-se a ser dominado por qualquer um e trabalha para quem quer. É, de certa forma, um desterrado, vez que foi

³⁵ IN: (Prefácio. Rego, José Lins. *Fogo morto*. José Olympio. Rio de Janeiro. 17 edição.

³⁶ Em que pese a ácida crítica formulada por Oswald de Andrade ao referido prefácio elogioso, quando defende a qualidade ‘popular’ da obra do romancista paraibano. “Não há prefácio, concurso de Miss Literatura ou banquete que possa reacender o fogo morto de sua (de Lins do Rego) obra de ficção”: (Prefácio. ANDRADE. Oswald de . *Ponta de lança*. São Paulo: Globo, 1991)

“Diante dos modernistas do nordeste, Oswald faz a escolha que a sua postura política e o seu faro de buldogue modernista condicionam. Relega a segundo plano Lins do Rego, acusando-o de participante do movimento integralista e de acobertar, na busca de prestígio literário, um intelectual fascista exilado em terras brasileiras, Otto Maria Carpeaux.” In: SANTIAGO, Silviano. *Ora (direis) Puxar conversa – Ensaios literários*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Pág. 121.

parar em Pilar, pequena cidade da Paraíba, quando criança ainda porque seu pai havia matado alguém e lá tinha ido parar em fuga.

A maior parte dos diálogos se dá em sua porta, vez que é onde o Mestre trabalha para tomar o ar fresco. E entre esses, o compadre Vitorino da Cunha, conhecido como “Papa-Rabo”, é um dos seus principais interlocutores. A amargura do seleiro só vem a se agravar com o processo de enlouquecimento de sua filha Marta, que leva uma surra do pai na tentativa frustrada de curá-la.

O Mestre sofre com as ordens do Coronel para que se retire de suas terras e ao mesmo tempo sente-se orgulhoso em poder colaborar com Antonio Silvino, cruel chefe de um bando de cangaço, mas que provê justiça para com os pobres e vilipendiados. Sofre ainda com o fato de provocar estranhamento na comunidade, onde corre o boato de que é um lobisomem.

Ateu e iconoclasta, o Mestre seleiro considerava-se com consciência política:

Que fossem para o inferno os grandes da terra. Para ele só havia uma grandeza no mundo, era a grandeza do homem que não temia o governo, do homem que enfrentava quatro Estados, que dava dor de cabeças nos chefes da polícia, que matava soldados, que furava cercos, que tinha poder para adivinhar os perigos.³⁷

José Amaro mora nas terras do Coronel Lula de Holanda desde criança, há mais de trinta anos e não paga foro por isso. Sente-se naquele local como se fosse dono. O pai também fora seleiro e trabalhara ‘na sola’ como ninguém. Vive com sua mulher, Sinhá e sua filha Marta. Amarga uma tristeza doentia e uma mágoa profunda. A filha mal fala e cantarola cantigas tristes que deixam o Mestre no seu mais profundo azedume.

A mágoa latente do seleiro existe por conta do filho que não viera e da filha que era uma ‘manteiga derretida’.

³⁷ Obra citada, pág. 82.

“Não tinha um filho que falasse alto com os grandes, que tivesse fibra para não agüentar desaforo.”³⁸. O seu maior orgulho é o de não baixar cabeça para ninguém. De não se humilhar nunca, de ter seu voto livre e de poder falar o que quiser e com quem quiser.

Sua mulher, Sinhá, não sabia o que se passava com seu marido. Sempre fora de poucos agrados, palavras duras e muito gênio. Mas mudara e agora vociferava para tudo, até para os bichos. Elucubrava que não podia ser a idade, vez que esta amansa as pessoas, e o contrário se dava com Mestre Amaro. A filha ela também não entendia: não era de todo feia, de fazer vergonha. E, no entanto, nunca aparecera um candidato a marido. E, Entretanto, outras moças com menos predicados alcançara a sorte desejada. Mas era uma moça triste e agora dera para chorar o dia todo e o pai nem podia olhar para ela, que vinha com gritos e implicâncias.

Para se distrair de sua imensa mágoa e sofrimento, o Mestre, vez por outra sai a caminhar, sentindo o frescor da noite, o cheiro das cajazeiras e pitombeiras. Por causa disso e de sua cor amarelecida, provoca estranhamento entre os moradores que o julgam um lobisomem. Afinal, o Mestre é um herege e não esconde isso de ninguém.

A fama de que o Mestre é um lobisomem ganha o mundo da Ribeira e certa vez sua mulher lavando roupa na pedra, encontra uma outra mulher da catanga que não conhecia ainda. Era uma mulher jovem e bonita, que inicialmente lhe conta que o pai fora preso por causa de uma briga encomendada na feira do sapé. Tinham feito uma desgraça num homem e colocaram a culpa em seu pai. A moça lhe conta também que nas bandas de cima corria a notícia de que está aparecendo lobisomem por aquelas bandas. A mãe lhe havia recomendado voltar cedo e tomar cuidado com o escuro... “E estão dizendo que é um tal de Mestre Zé Amaro que deu para virar bicho...” E complementa: “__ Lá em cima

³⁸ Obra citada, pág. 12.

chegou a notícia, e até dizem também que este homem tem uma filha que ele faz coisa com ela.”³⁹

___Faz o que, menina?

A velha sentiu uma nuvem nos olhos. Parou de bater roupa, sentou-se na pedra, e com a voz mansa, como de uma doente de morte, foi dizendo para a companheira:

___Menina, tudo isto é mentira. Este homem é o meu marido.

A moça baixou a cabeça, ferida de vergonha.

___Me desculpe, minha senhora.

A boataria corre solta na Ribeira, isso deixa Sinhá muito triste e desanimada. Nunca podia imaginar que o povo estivesse fazendo de seu marido um lobisomem. “O gênio azucrinado de seu marido, sua cor de pele, do amarelo de seus olhos. Aquilo era amarelão de fígado que se cura com jurubeba”.⁴⁰ Ele era homem de manias sim, gostava de andar de noite, mas quando procurava fazer alguma coisa, tinha que fazer mesmo. Por outro lado, o Mestre Amaro sofria com a doença da filha. “Que podia ele fazer com uma filha que nada tinha dele, que era um outro ser, sem coragem para vencer todos os medos? Ele não tinha medo de ninguém.”⁴¹

O mestre sofria com isso e a mágoa somente era atenuada com a ajuda que prestava ao bando do cangaceiro Antonio Silvino. “Admirava a vida errante daquele homem, dando tiroteios, protegendo os pobres, tomando dos ricos. Este era o homem que vivia na sua cabeça. Este era o seu herói.”⁴²

A tropa do governo comandada por tenente Maurício mete medo em toda a gente do Pilar e arredores. Também o Padre Antônio ‘andava de conversa com o homem’

³⁹ Obra citada, pág. 63.

⁴⁰ Obra citada, pág. 69/70.

⁴¹ Obra citada, pág. 59.

⁴² Obra citada, pág 66.

(Antônio Silvino), o que deixa o Tenente Maurício encrespado a ponto de ‘falar o diabo com o Padre’.⁴³ Tal notícia sai na Folha da Paraíba e assim a fama do Bando se espalhava.

Junto com Alípio, o seleiro ajuda o bando de Antônio Silvino com a aquisição de víveres e feitura de sandálias de couro, dentre outras coisas, nas quais inclui ainda o acesso às informações concernentes às estratégias do Tenente Maurício (polícia do governo) a serem transmitidas aos cangaceiros. Tal empresa, de ajudar o bando deixava o mestre com uma sinistra alegria no coração:

*Ele matava galinha e dava para o capitão Antônio Silvino que mandava em toda a cambada de senhores de engenho. Cazuza Trombone, de Maçangana, mudara-se para a cidade com medo dele. O velho José Paulino dera um banquete ao Capitão Antônio Silvino. Disseram até que a filha do grande servira a mesa, como se fosse ama dos cangaceiros. Sinhá torrara as duas frangas para o homem que ele mais admirava neste mundo.*⁴⁴

O compadre Vitorino, a princípio causava-lhe certa repugnância, vez que era vítima constante de chacotas por parte da população que o chamava de ‘papa-rabo’. Entretanto, ao ouvir o compadre após uma das brigas em que se metera, tomara-se de amor por ele: passara a admirá-lo, pois este dizia tudo que tinha vontade. ‘Tudo que lhe ia na alma sobre os grandes da terra era o que aquele desbocado gritava aos quatro ventos, na cara dos poderosos.’⁴⁵

Por outro lado, a figura quixotesca de seu amigo e compadre, metido em política, idealista e com quem o seleiro trava rica interlocução, aponta para uma nova visão de mundo, a que o amigo aos poucos acede: afinal, o compadre insiste que as eleições são o caminho para a mudança necessária na Paraíba, e o seleiro contesta:

⁴³ Obra citada, pág. 73.

⁴⁴ Obra citada, pág. 72.

⁴⁵ Obra citada, pág 52.

__Compadre, as eleições estão aí. O Rego Barros é homem para botar ordem nesta nossa Paraíba. Veja que quem lhe está falando é homem que conhece política como a palma da mão.

__ Compadre, eu não estou pensando nestas coisas. Vivo aqui nesta tenda, e quero sair daqui para o cemitério.

__Besteira. O compadre tem o seu voto.

__O que é um voto, meu compadre?

__Um voto é uma opinião. É uma ordem que o senhor dá aos que estão de cima. O senhor está na sua tenda e está mandando num deputado, num governador.⁴⁶

A segunda parte do livro narra as vicissitudes do Engenho de Santa Fé desde sua fundação em 1850 até a sua derrocada, quando fora abandonado pelas últimas levas de escravos. Conhecido pelos quatro cantos por sua mesquinhez, o Coronel Lula não permite que lavradores utilizem a terra,⁴⁷ deixando-a parada, esquecida, inexplorada.

A problemática social que subjaz em toda a obra, tem na segunda parte ou segundo eixo central, a visão do senhor de engenho e de sua família. O foco é de close, explorando a contradição do Coronel Lula de Holanda: ele vive num tempo onde o senhor de engenho acumula também as funções de coronel e político, onde o que se espera dele é que mantenha sua posição de latifundiário. Entretanto, ele não acompanha o processo social e permanece arraigado aos valores anacrônicos que levam irremediavelmente ao fracasso. Leva consigo seus familiares, uma vez que centraliza as funções (num embate rigoroso com a sogra), mas não consegue dar conta de gerir a propriedade e por falta de competência e/ou vocação, encontra a total decadência.

Tendo em vista a própria dinâmica do romance, a problemática social que constitui a tônica da narrativa dos anos 30, é também em Fogo morto, uma das chaves de toda a obra, constituindo um vasto painel da sociedade rural açucareira do Nordeste brasileiro em uma fase específica de sua evolução: trata-se exatamente da passagem da economia meramente mercantil para a pré-capitalista, onde a entrada em cena das usinas de açúcar faz com que o antigo sistema de moagem dê lugar a apenas ao abastecimento de matérias primas, ficando reféns dos preços pagos.

⁴⁶ Obra citada, pág 54.

⁴⁷ Obra citada, pág. 200.

O texto trata da questão de forma concreta, vez que o senhor de engenho se arruína por conta de não se adaptar aos novos tempos, mas já distantes do regime senhorial dos tempos coloniais.

Com seu temperamento cruel para com os escravos, sogra e filha, o Coronel se mostra inepto na condução dos negócios e mesmo disputando com a sogra o controle do Engenho, o fato de não acompanhar as mudanças resulta na decadência total.

Nessa segunda parte, a problemática social será abordada pelo ponto de vista do senhor de engenho e sua família. O seu fracasso arrasta também os familiares. Fracasso esse contrastado com o sucesso dos demais senhores de engenho que cederam às mudanças de seu tempo, como por exemplo, o Coronel José Paulino, do Engenho de Santa Rosa.

Na terceira e última parte, o Capitão Vitorino é o eixo-motor que servirá de ponte entre as outras duas e mantém em relação a ambas uma posição crítica. Difere dos outros dois pelo seu idealismo, mas falta-lhe uma consciência mais lúcida do drama social em que está inserido. E do mesmo modo que Lula de Holanda e José Amaro, se encontra também atado a valores anacrônicos, como o sexismo e o preconceito racial.

No fim, o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha apanha cruelmente do bando de Antonio Silvino, que invade a cidade e o engenho em busca de ouro. Apanha covardemente também da polícia local. Vai preso, junto com Zé Amaro e seus companheiros, que também são chicoteados. Quando soltos, cada um toma seu rumo: Zé Amaro, abandonado pela mulher e com a filha louca, suicida-se. Vitorino sonha em intervir na política local. A Santa Fé vira 'fogo morto'. Esta expressão, fogo morto, é a última da narrativa e ela somente aparece ali, ficando claro que a passagem do tempo tinha dado lugar a uma nova forma de produção: a moagem por meio da usina de açúcar inaugurando a recente industrialização tardia no Brasil.

Obra prima, *Fogo Morto* é precursora de uma nova cosmovisão na arte literária pós 30, mas que também escapa com frequência ao modelo básico dessa narrativa.⁴⁸ Esse novo regionalismo desloca o centro de gravidade da ficção para o homem, em detrimento da natureza. Esse elemento é transgressor e é o que imprime o caráter de literariedade da obra e que por conseqüência rompe com o padrão estereotipado. A literatura anterior, de 30, era eminentemente mimética: a natureza, a região, a paisagem constituíam o foco da narrativa e a figura humana destituída de maior complexidade: ela, a personagem, era o jagunço, o retireiro, o trabalhador rural explorado, mas nunca era abordada a sua condição humana de indivíduo em crise na sua sociabilidade, vivendo seus conflitos internos e a partir de uma ótica de dentro para fora, e não, ao contrário, num foco de fora para dentro. A vertente a que se refere Eduardo Coutinho é a da narrativa de 1930, eminentemente de protesto, “que buscava documentar o mais objetivamente possível a região onde se situavam os relatos com o fim de denunciar o seu contexto político ou sócio-econômico.” José Lins desloca o centro de gravidade da ficção da natureza para o homem, aspecto que se tornará crucial em sua obra e na obra de Graciliano Ramos (a partir de São Bernardo).

Através do recurso da evocação lírica e do papel conferido à memória, como bem salientou José Aderaldo Castello:

O nordeste não aparece nos seus romances como tema ou imposição doutrinária, mas manifesta-se como expressão lírica de um nordestino a evocar sua terra; não é uma atitude de fora para dentro, mas de dentro para fora... Regionalismo para ele não é simples fotografia de traços típicos ou característicos de uma região. É muito mais. É o depoimento sentido, profundamente humano e lírico, da própria natureza e das condições humanas sob contingências telúricas e sob efeitos de transformação econômicas e sociais.⁴⁹

Entende Eduardo Coutinho que em seu primeiro romance, *Menino de engenho*, José Lins já efetua esse deslocamento, mas será em *Fogo Morto* que o autor o consolidará, libertando-se do primeiro tom memorialista, evocativo. A partir daí ele construirá uma

⁴⁸ COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de. José Lins do Rego – Coleção *Fortuna Crítica* – Volume 7 (Direção Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, pág 430.

⁴⁹ Obra citada, pág. 431.

narrativa multifacetada, numa pluralidade de visões em que o *humano* atinge o primeiro plano com todas as suas contradições e complexidade. Não que o autor não tenha dado importância à dimensão humana em sua primeira obra. Mas a visão de mundo é centrada e limitada pelo fato de a realidade ser filtrada pela consciência de um único indivíduo, identificado com o autor. Era uma visão unilateral do real, baseada na autoridade do narrador-autor.

Em Fogo morto, ao contrário, recria-se todo um universo a partir de perspectivas variadas, de vozes que dialogam em tensão e igualdade de condições, e oferece-se um todo muito mais amplo, constituído da coexistência dessas vozes, e calcado em uma visão plural e relativista do mundo.⁵⁰

Em Fogo morto, José Lins fecha com chave de ouro o chamado Ciclo da Cana-de-Açúcar. O romance apresenta como núcleo temático básico a decadência de uma sociedade rural escravocrata que tinha como sustentação uma economia mercantil de ranço colonial face à nova ordem capitalista tardia e recentemente iniciada no nordeste do Brasil. Mas, como diria Lévi Strauss, isso não é tudo ainda.

A violência permeia toda a narrativa e não apenas dos homens em relação às personagens femininas. A mulher do Coronel Lula tem uma irmã enlouquecida. A filha do seleiro também enlouquece. A própria filha do Coronel, proibida de se aproximar de homens, enluta-se e emudece, ensimesmada.

Embora haja personagens femininas (como a sogra do coronel, a mulher do seleiro Amaro e também a esposa de Vitorino) bastante pragmáticas na resolução dos embates do cotidiano, o que se nota é uma forte misoginia, reflexo de uma sociedade patriarcal, discriminatória e decadente. O seleiro Zé Amaro, personagem emblemático na defesa da insubmissão e da rebeldia, traz um antagonismo manifesto na caracterização de seu personagem. Ele acredita que a explicação de todos os seus males e contrariedades, de sua tristeza mesmo, advém do fato de não ter tido um filho homem. Ele não se desapega

⁵⁰ Obra citada, pág. 432.

das fortes tintas patriarcais em que fora engendrado. Daí o paradoxo de um personagem que sofre ao mesmo tempo por não estar bem disposto na cadeia alimentar da economia em que faz parte e ao mesmo tempo acede ao patriarcalismo da sociedade da qual participa. Não compreende sua própria dor e aposta as fichas na única possibilidade de ter sido feliz: ter gerado um filho homem. Voltaremos a misoginia mais tarde.

As eleições em Pilar são banhos de sangue, evidenciando que a violência é a forma habitual na solução de conflito:

Isto de eleição para matar boi e fazer festa não é comigo. Gosto de eleição com faca, com tiro, com cheiro de pólvora. Já dei muita surra em cabra safado.⁵¹

O capitão Antonio Silvino era o diabo: ‘Mas quem podia com o cangaceiro que mandava por todo o interior do Estado, como um governo?’⁵² Entretanto, ‘o capitão não perseguia a pobreza, não ofendia as moças solteiras, não matava os inocentes.’⁵³ Permeia toda a narrativa uma cordialidade intrínseca aos que resistem.

Ao final, com o suicídio de Mestre Amaro, desaloja-se a poção materialista da narrativa. É o fim também do engenho da Santa Fé, com a não modernização e conseqüente empobrecimento. Capitão Vitorino, idealista e sonhador combativo, aponta para um futuro na luta política.

2.5.1. O BANDITISMO SOCIAL:

De certa forma e conforme a temporalidade, historiadores e sociólogos, assim nomearam certo tipo de banditismo em que as características são consideradas pela

⁵¹ Rego, José Lins do. *Fogo morto*. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1977, pág 77.

⁵² Obra citada, pág. 221.

⁵³ Obra citada, pág. 109.

população como incomum: proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados pela sua gente como heróis, vingadores, líderes, que promovem justiça e coesão social. Eles existem por que são ajudados e apoiados pelos camponeses comuns, que enxergam neles o paladino da justiça.

Segundo Hobsbawm,⁵⁴ o banditismo social é um fenômeno social dos mais universais da História e de mais impressionante uniformidade. E ocorrem somente na sociedade rural: na China, no Peru, na Sicília, na Ucrânia, na Indonésia, em todas as Américas, na Europa, no mundo islâmico e até na Austrália.

Apesar de fenômeno universal, e de ocorrer basicamente em locais que tem como base a agricultura, são encontradas três formas de banditismo social: o ladrão nobre (Robin Hood), o combatente primitivo pela resistência ou por unidades de guerrilheiros e os vingadores. Mas uma coisa é fato: em épocas de pauperismo e crise econômica, o banditismo se tornava endêmico.

O grande momento do banditismo social se deu no século XIX e XX, mas, afirma Hobsbawm, hoje em dia ele já se encontra quase extinto.

No nordeste do Brasil, onde o banditismo entrou em sua fase epidêmica em 1870, atingindo o apogeu no primeiro terço do século XX, o fenômeno chegou ao fim em 1940 e desde então se extinguiu.⁵⁵

E o aclamado historiador questiona-se: desempenham algum papel os bandidos nas transformações da sociedade? Sua atuação é transformadora? Revolucionária? Responde ele mesmo que tais bandidos, como indivíduos são menos rebeldes sociais e menos ainda revolucionários. Mas recusam-se à submissão e ao fazê-lo destacam-se entre

⁵⁴ Hobsbawm, E. J. *Bandidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Forense. 1976, pág. 11.

⁵⁵ Obra citada, pág. 18.

os companheiros. Ou, que ainda, são homens excluídos da carreira habitual que lhes é oferecida, e que, por conseguinte, são forçados à marginalidade e ao crime.

Portanto, representam pouco mais do que sintomas de crise e tensão na sociedade em que vivem: fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Estão mais para reformadores do que para revolucionários. Entretanto, segundo o mesmo autor, duas coisas podem converter o modesto objetivo dos bandidos em verdadeiros movimentos revolucionários:

- A possibilidade de eles se tornarem o símbolo ou a ponta de lança da resistência por parte de toda a ordem tradicional contra as forças que a desagregam ou a destroem. E em política, tendem a ser tradicionalmente revolucionários.

- O segundo motivo é inerente à sociedade camponesa. Mesmo aceitando a exploração e a opressão como normas da vida humana, sonham com um mundo em que isso não exista.

Um sociólogo⁵⁶ chegou a comparar os cangaceiros brasileiros a uma espécie de irmandade de confraternidade leiga, e uma coisa que impressionava os observadores era a honestidade sem paralelos das relações pessoais no seio do bando de cangaceiros.⁵⁷

O sertão de Zé Lins no nordeste brasileiro era também a dos santos, líderes messiânicos e rurais. No caso de Lampião, foi o Padre Cícero quem concedeu credenciais 'oficiais' a ele.

Hobsbawm conclui que embora o banditismo social nem sempre possa ser diferenciado nitidamente de outros tipos de banditismos, isso não afeta a análise fundamental do bandido social como um tipo especial de protesto e rebelião camponesa. Afirma ainda que:

⁵⁶ M. I. P. de Queirós, *Os cangaceiros: les bandits d'honneur brésiliens*, pág 164, 142 (Paris, 1968): APUD : Hobsbawm, E.J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976, 2 edição,pág. 136.

⁵⁷ Obra citada, pág. 22.

Os bandidos pertencem à história recordada, em contraposição à história oficial dos livros. Portanto, fazem parte da história que é menos um registro de fatos e daqueles que os realizaram, quanto dos símbolos dos fatores teoricamente controláveis, mas na prática descontrolados, que moldam o mundo dos pobres: de reis justos e de homens que levam justiça ao povo.⁵⁸

Por isso é que a lenda de bandidos ainda tem o poder de nos comover e a grande obra de José Lins do Rego o faz com maestria. Hobsbawm termina seu livro com a fala de Ivan Olbracht e também nós o faremos neste momento, por se enquadrar perfeitamente no caso:

O homem tem um anseio insaciável de justiça. Em sua alma rebela-se contra uma ordem social em que ela é negada, e, qualquer que seja o mundo em que ele viva, ele acusa de injustiça aquela ordem social ou todo o universo material. O homem está imbuído de um impulso estranho e obstinado para lembrar, para racionalizar as coisas e modificá-las; e, além disso, traz consigo o desejo de possuir aquilo que ele não pode ter __ ainda que na forma de um conto de fadas. Esta é talvez, a base das sagas heróicas de todos os tempos, de todas as religiões, de todos os povos e de todas as classes.⁵⁹

2.5.2. MISOGINIA:

A presença feminina marcante em Fogo Morto dá-se por meio da submissão moral, econômica e social a uma sociedade em que prevalecem os valores masculinos. A mulher sofre a ação desencadeada pelo homem, submete-se, mas, ao mesmo tempo reflete sobre suas condições. Mostrada do ponto de vista masculino, a forma como ela reage a essa submissão traz elementos cruciais para o entendimento da estrutura social de que ambos fazem parte.

⁵⁸ Obra citada, pág 135.

⁵⁹ Obra citada, pág 35.

Em Bourdieu⁶⁰ podemos compreender que toda vez que as partes mantêm entre si relações além da mera justaposição e, por conseguinte, manifestam propriedades que resultam de sua dependência à totalidade, temos uma estrutura. Desse modo, mulheres que fazem parte de classes sociais diversas, mas que integram uma parte constitutiva dessa sociedade como mulheres, formam, elas mesmas, uma estrutura.

Essas personagens femininas podem ser analisadas por suas propriedades de *situação* (intrínseca): o modo como a mulher é vista e se vê na sociedade na qual faz parte e também a situação que lhe cabe a partir da diferenciação sexual, e não apenas social ou econômica.

Podem também ser analisadas a partir de uma *posição* (extrínseca): ao ocupar uma posição definida no corpo social e de como essa mulher é afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas desse corpo social (mulheres e homens de sua e outras camadas sociais).

Adverte Bourdieu que essas propriedades estão interligadas e, portanto, somente podem ser dissociadas por uma operação de espírito.

Ao checar a *situação* da mulher em Fogo Morto, vê-se que independente da *posição* que ela ocupe no corpo social, será de passividade e impotência. A supremacia do homem é absoluta: “nesta casa mando eu. (...) Isto é casa de homem, levanta a voz o seleiro José Amaro.” “Na minha casa manda o galo.”⁶¹

A casa é o lugar a denunciar a passividade feminina e o lugar privilegiado do *pater família*: Zé Amaro senta-se na soleira da porta e ali interage com os demais personagens, que passam no caminho de Pilar. A mulher e a filha trabalham na cozinha. A mulher que se aventura além do espaço doméstico está fadada à desgraça: “A mulher do Dr.

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1985, pág. 3.

⁶¹ Rego, José Lins do. *Fogo morto*. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1977, pág 6/7.

Joaquim Lins do Pau Amarelo deu para andar a cavalo que foi uma desgraça. Vivia em cima dum cavalo até que quebrou a perna numa queda. E morreu desta queda.”⁶²

Ficam claras as conseqüências que podem advir de quem ousa penetrar o universo masculino. A casa é o universo de onde se espraia o lugar da mulher naquela sociedade. A forma como se estabelece a supremacia masculina se dá no uso desse lugar: a casa é lugar onde o homem guarda a mulher e se assegura de que ela cuidará de seu conforto e descendência.

Passivamente, a mulher aceita essa condição de sobrevivência. “Eu também vivo assim, dentro de casa. Cada um de nós tem o seu calvário.”,⁶³ diz Adriana, mulher de Vitorino. Mais à frente, o próprio Vitorino responde à mulher: “Vai para a tua cozinha e me deixa na sala”.⁶⁴

Essa passividade absolutamente inerme contradiz por vezes a ação de mulheres fortes, demonstrando uma potencialidade latente: Adriana, mulher de Vitorino, era lúcida e conduzia com certa sabedoria o seu destino. Ao ser informada pela negra Margarida de que o seu compadre Zé Amaro tinha sido encontrado estirado no chão com a boca cheia de terra, e por certo, em conseqüência de ter virado lobisomem, a velha Adriana viu-se na situação da comadre Sinhá, e teve pena dela. E pena também ela teve do compadre:

Não teria mais descanso! Seria toda a vida, até a morte, o lobisomem, o temor de todo mundo, o monstro que saía de noite para desgraçar os viventes. Quando o povo pega alguém para uma coisa desta, não largava mais.⁶⁵

O narrador esclarece: “Era mulher sem educação, sem sabedoria dos livros, mas sabia que tudo aquilo era tolice.”

⁶² Obra citada, pág. 135.

⁶³ Obra citada, pág. 95.

⁶⁴ Obra citada, pág. 287.

⁶⁵ Obra citada, pág. 90.

Adriana é a personagem que consegue abstrair o passado e o futuro. Ela está presa à visão masculina do lugar casa, mas, ao mesmo tempo, sua cordialidade intrínseca aponta uma visão para outro lugar, que embora possa ser visto como complementação da casa (são seus compadres), é um outro lugar.

Precisava arrumar as coisas da casa e ir procurar os seus amigos para saber o que de fato se passara com o compadre. Capaz de estar muito doente. E assim fez. Quando foi ao cair do sol, botou-se para a casa do mestre José Amaro. Estava uma tarde de muito sol, mas as sombras das cajazeiras amansavam o calor do dia. Levaria aquele frango pedrês. Podia ser que a comadre estivesse desprevenida de criação nova para doente. E foi andando.⁶⁶

Aliás, Adriana é a única personagem feminina que vagueia em todos os lugares: Vai castrar frangos na casa de Lula de Holanda e também ajuda dona Amélia. Visita sua comadre Sinhá e Zé Amaro e, além disso, interage com todas as outras personagens através da linguagem oral.

Interessante notar que Adriana destoa das demais personagens femininas e há um paralelismo entre as mulheres que compõem o universo de Zé Amaro e do Coronel Lula de Holanda: Marta, a filha de Zé Amaro e também a irmã de D. Amélia, Olívia, ficam solteironas e enlouquecem. Há uma simetria nas histórias de Zé Amaro e Seu Lula, pois ambos buscam a solução para seus problemas na esfera individual e mítica, uma vez que a solução para um é o Bando do Antonio Silvino e do outro a reza compulsiva.⁶⁷ Encerram-se em suas casas e cortam os laços com o mundo exterior, num melancólico processo de autodestruição.

⁶⁶ Obra citada, pág. 91.

⁶⁷ COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de. *José Lins do Rego – Coleção Fortuna Crítica – Volume 7* (Direção Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, pág 437.

2.6. CIDADE DE DEUS:

O romance ‘Cidade de Deus’ foi lançado por Paulo Lins em 1997 e o próprio autor assume em nota ao final, que o mesmo fora baseado em fatos reais. A primeira parte do romance teve o material extraído de entrevistas feitas para o projeto “Crime e criminalidade nas classes populares” da antropóloga Alba Zaluar e bem como de artigos de jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia. A segunda e terceira partes foram concebidas com o apoio de Roberto Schwarz, Virgínia de Oliveira e Maria de Lourdes da Silva.⁶⁸

Divide-se em três partes: na primeira, a “história de Inferninho”, marginal diletante, que compõem com Tutuca e Martelo o Trio Ternura, responsável por pequenos assaltos em Cidade de Deus, neofavela formada por levas de desabrigados de outras periferias.

Paulo Lins esclarece que ao falar em “neofavela”, o faz por oposição à acepção antiga, uma vez que o modelo de favela anterior foi totalmente descaracterizada pela guerra entre os traficantes de droga e pela correspondente violência e corrupção da polícia.

Na segunda parte, a “história de Pardalzinho”, malandro bom e respeitado que sonha com uma sociedade alternativa.

Na terceira e última parte, a “história de Zé Miúdo”, bandido formado, cruel e sanguinário, que permeia toda a narrativa e dialoga com as três partes do romance. Concomitante, a (des)organização e ascensão do tráfico de cocaína.

Em “Cidade de Deus,” são retratadas três décadas de determinado espaço urbano do subúrbio carioca, que antes fora pacato e no limiar do romance é ocupado por levas de desabrigados, marginais, favelados, *lupens* e afins.

⁶⁸ Entrevista concedida pelo autor Paulo Lins na *REVISTA CAROS AMIGOS*, Ano VII, número 74, maio de 2003, págs 30/35.

Logo ao iniciar a narrativa, alguns aspectos da vida popular são retratados com graça e há no parágrafo de abertura uma sutileza:⁶⁹ Barbantinho e Busca-pé dividem um ‘baseado’ (os adolescentes não estão envolvidos com a criminalidade) e sonham com o futuro.

Quer ser salva-vidas com bom preparo físico. Assim como seu irmão e seu pai. Mas não um desses relaxados, que deixam o mar levar as pessoas, afirma Barbantinho.

Para alcançar tal aspiração, ‘o certo era malhar sempre, alimentar-se bem, nadar o máximo possível’. Ao rememorar a infância trouxe de volta os momentos bons em que participava do grupo jovem da Igreja, das festas juninas, do pega-varetas, quando caiu de bicicleta no barro vermelho, o cinema, o parque de diversão, os ensaios do orfeão de Santa Cecília... dos carretos de feira que fazia para ajudar em casa, das garrafas vendidas, picolés, fios de cobre que eram descascados para serem vendidos... lembrou-se também dos carochos deixados pelos mosquitos que se despelavam em unhas... Era infeliz e não sabia... Rico ia para Miami e pobre ia pra vala, pra cadeia, pra puta que o pariu... certificava-se ainda que as laranjadas aguadas-açucaradas que bebera durante toda a infância não eram tão gostosas assim.⁷⁰

Mas não é esse tom ameno que prevalecerá daí pra frente. O aparecimento de corpos boiando no rio que corre ao lado da favela, não deveria, mas surpreende os amigos ‘cocotas’. A pobreza, o desemprego e, sobretudo a violência sistêmica, farão com que a partir daí se estabeleça outro tom. Assaltos e bandidos (Bichos-Soltos) dominarão a cena até o fim, onde fica claro que a faceta da violência/atrocidade e seus desdobramentos serão o mote do romance.

⁶⁹Lins, Paulo. *Cidade de Deus*. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 1997, pág. 13.

⁷⁰ Obra citada, pág 15.

O narrador adverte, “... Mas o assunto aqui é o crime, eu vim aqui por isso...”⁷¹
Despede-se da poesia, mas antes pede a ela que ilumine as certezas dos homens, numa das passagens mais poéticas do romance:

Poesia, minha tia, ilumine as certezas dos homens e os tons de minhas palavras. É que arrisco a prosa mesmo com balas atravessando os fonemas. É o verbo, aquele que é maior que o seu tamanho, que diz, faz e acontece. Aqui ele cambaleia baleado. Dito por bocas sem dentes e olhares cariados, nos conchavos de becos, nas decisões de morte. A areia move-se nos fundos dos mares. A ausência de sol escurece mesmo as matas. O líquido-morango do sorvete mela as mãos. A palavra nasce no pensamento, desprende-se dos lábios adquirindo alma nos ouvidos, e às vezes essa magia sonora não salta à boca porque é engolida a seco. Massacrada no estômago com arroz e feijão a quase-palavra é defecada ao invés de falada. Falha a fala. Fala a bala.⁷²

Já dizia Inferninho nas primeiras páginas:

— Todo bandido tem que ser famoso pra nego respeitar legal!
— Disse Inferninho a Pretinho.⁷³

Fica clara a necessidade de mostrar-se sempre cruel, ainda que às vezes contra a própria vontade.⁷⁴

Na formação da comunidade de Cidade de Deus, os grupos vindos de cada favela integravam-se em uma nova rede social forçosamente estabelecida. O que, a princípio, causou certo estranhamento e isolamento, mas aos poucos foram se formando os grupos sociais. Numa lógica de intimidação, os adolescentes utilizavam-se da fama negativa da favela onde haviam morado. Quanto maior a periculosidade da favela de origem, melhor era para impor respeito. “Mas logo, logo se sabia quem eram os otários, os malandros, vagabundos, trabalhadores, bandidos, viciados e considerados”⁷⁵ Obviamente,

⁷¹ Obra citada, pág. 24.

⁷² Obra citada, pág. 25.

⁷³ Obra citada, pág. 93.

⁷⁴ Obra citada, pág. 356.

⁷⁵ Obra citada, pág. 37.

os menos afeitos à nova sociedade foram os bandidos. Mas aqueles que estiveram alojados no Estádio Mário Filho por ocasião da enchente se consociaram. Foi o caso de Tutuca, Inferninho e Martelo. Os “Bicho-Soltos” que se iniciam na empreitada criminosa assaltando o caminhão de gás e de quebra distribuem as botijas com os moradores.

As “brincas” só podiam ser feitas na área dos outros, que era para não ‘sujar’. Alcagüete tinha a pena de morte decretada pelos bandidos, que era para impor respeito. Traição também era vacilo de morte, denotando um código de ética atroz.

Um assalto planejado a um motel (quando Inho se consocia com Tutuca e Martelo) termina em crueldade e morte e a partir daí a trama se despede do romântico e passa a consolidar uma nova fase, que é a organização do tráfico de cocaína, com a ascensão de Pardalzinho e a guerra das quadrilhas em torno das histórias de Inho (muda de nome para Zé Miúdo) e por fim, Zé Bonito. Este não entrou no crime por vontade própria (ninguém é bandido porque quer) e endurece até chegar à loucura.

Desse modo, o autor está sempre a sugerir relações entre a vida das personagens e o desenrolar da criminalidade violenta. Inferninho, por exemplo, ainda criança se lembra do incêndio criminoso perpetrado na favela por homens ‘que chegaram com saco de estopa ensopado em querosene’ e resultou na morte da avó. A notícia entreouvada da TV, no local em que a tia trabalhava e onde ele podia ficar apenas entre o tanque e a pia, o enche de revolta.

Situação comum naquela época era proceder a deslocamentos populacionais de favelados e pobres conforme interessava ao governo e à especulação imobiliária. Sabe-se, por exemplo, que em 1969 sete mil favelados da Praia do Pinto se recusaram a deixar o local, onde o governo construiria prédios de apartamentos para militares. As autoridades do governo mandaram atear fogo na favela e proibiram o Corpo de Bombeiros de atender os chamados e que, segundo Vilma Áreas,⁷⁶ redundou numa guerra mais feroz e mais antiga

⁷⁶ ARÊAS, Vilma. *Errando nas esquinas de Cidade de Deus* – IN: Revista de estudos marxistas. São Paulo, n 5, julho de 1998, pg. 43/53.

que a guerra do tráfico. Os sobreviventes foram empilhados num caminhão e levados para longe.

Esta mesma especulação imobiliária incita a guerra iniciada entre Miúdo e Zé Bonito. Miúdo era feio de doer e Zé Bonito era apenas mais um otário trocador de ônibus, bonito, negro de olhos azuis, com uma namorada loira e virgem. Zé miúdo se engraça com a moça, que o responde atrevidamente. Logo em seguida é barbaramente estuprada por Zé Miúdo na presença do namorado trabalhador. Na terceira parte do romance é travada uma guerra feroz entre os dois.

Corria o boato que o empresário Luís Prateado havia mandado dezenas de armas para a quadrilha de Bonito, inclusive escopetas e metralhadoras. O povo dizia que o objetivo do empreiteiro era promover a guerra para, em conluio com o governo, remover a população da favela para outro local. Construiria ali residências de classe média, pois a região onde se situava a favela, entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá, valorizara muito nos últimos anos. Ninguém sabia se era verdade ou mentira o que se comentava.⁷⁷

Por sua vez, Pardalzinho, ainda menor de idade, arrumou o primeiro e único emprego numa padaria e, acusado de roubar, foi levado preso e apanhou durante três dias. “Foi nessa época que prometeu para si mesmo ser bandido quando crescesse e ter motivos verdadeiros para levar porrada da polícia.”⁷⁸

Zé Miúdo, entretanto, parece não ter tido motivos para ter se enveredado na criminalidade. A mãe faz de um tudo para colocá-lo no caminho certo e não consegue. Manda lhe fazer uma caixa de engraxate para o menino e como não podia tomar conta dele, deixa-o com uma tia, que não tem tempo suficiente para verificar se o menino frequenta a escola. A caixa de engraxate feita por um carpinteiro comunista não o salva. É usada para dar início a crimes (extorsão) e logo após, abandonada para dar início a empreitadas mais arriscadas, onde se pudesse arrumar um ‘pichulé maneiro’, ‘dar a boa’. Afinal, bandido

⁷⁷ Lins, Paulo. *Cidade de Deus*. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 1997, pág 446

⁷⁸ Obra citada, pág. 370.

nunca poderia ser encontrado desprevenido. Havia que ter sempre algum para molhar a mão dos policiais. Acreditava que todos tinham medo dele, porque sempre fora cruel e crueldade é a melhor coisa que pode se estabelecer num bandido para ser respeitado.

Para ele não existia paz, arrependimento, não fazia nada que não pudesse colher frutos depois, tudo que fazia de bom jogava na cara do beneficiado, pois sofria quando não era retribuído, destruindo assim tudo que não passasse pela sua cruel compreensão de mundo, de vida, de relacionamento. Tinha o poder de trazer à tona a violência do fundo dos homens e multiplicá-la a seu bel prazer. Falava sozinho pelos cantos da sala, do quarto, da cadeia e da liberdade, qualquer coisa que ele entendesse como agressão a sua pessoa era devolvida em forma de morte. Era ele senhor de seu desengano, dono de ruindade de nunca perdoar, de aniquilar o que não coubesse nos liames de sua compreensão bandida, de inventar coisas que o outro não tinha feito para ter motivos para exercer a sua crueldade. Era um verme sob o signo de leão.⁷⁹

Depois que Pardalzinho morre, a única pessoa por quem o bandido tinha consideração, Miúdo fica ainda mais endiabrado. E, aos poucos, perde toda a sua fortuna, escondida num baú, para a polícia.⁸⁰

Logo após os crimes, os Bichos-Soltos escondiam-se no mato para passar o tempo do flagrante. Entretanto, não se tratava de um raciocínio tecnicamente concebido. Muito pelo contrário. É que os bandidos sabiam que, nesse ínterim, a polícia já haveria prendido alguém para ‘assinar os crimes’.⁸¹

Fica claro que a atrocidade resulta de um sistema violento em sua própria constituição, como bem salienta Eduardo de Assis Duarte⁸² em seu ensaio. Para este autor, Cidade de Deus não busca reescrever ‘O poderoso Chefão’, apesar do sangue que jorra em suas páginas. A disputa entre bandos armados pelo domínio do tráfico de drogas compõem o material central do romance, mas este não se limita a um rosário de crimes.

⁷⁹ Obra citada, pág. 555.

⁸⁰ Obra citada, pág. 357.

⁸¹ Obra citada, pág. 203 e 315.

⁸² DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura, política, identidades*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005, pág. 162-9.

Mais que interseções à maneira de enxertos, os movimentos de guerra de quadrilhas vão sendo em verdade pautados pelos dramas individuais, expostos desde a origem e narrados numa perspectiva interna e de classe, como bem ressaltou Roberto Schwarz. Esse outro olhar faz com que o crime surja, não como apanágio dos pobres, mas como resultado de um sistema violento em sua própria constituição.

Por outro lado, o passado rememorado pelo jovem narrador não vem edulcorado, como bem salienta o crítico acima citado e, por conseguinte, emerge ‘um tempo marcado pelo trabalho precoce e pelas duras condições de existência da infância desprotegida.’ E ainda, a perspectiva do autor em dramatizar o cotidiano da ‘neofavela’ aponta para uma linguagem falada ‘de dentro’, onde a fala do subalternizado ‘deixa de ser objeto da fala alheia para ser sujeito da própria fala.’

Cidade de Deus perverte a pureza monológica e grandiloquente da epopéia para se fazer romance no qual soam bem alto as falas da periferia.⁸³

Como bem salientou Pardalzinho: ‘... Iria freqüentar a praia do Pepino assim que aprendesse o palavreado deles. Na moral, na moral, na vida tudo é uma questão de linguagem.’⁸⁴

O próprio Paulo Lins em entrevista concedida à Revista Caros Amigos (nº 74, ano VII, maio de 2003, pag. 30/35), afirma que em Cidade de Deus ele ‘copiou’ Fogo morto, desde a estrutura tripartida, como também copiou mesmo parágrafos inteiros daquela obra. Que Cidade de Deus seria uma versão urbana de Fogo morto, que é rural. Afirma também que Cidade de Deus é um romance ‘de personagens’. E é mesmo, são incontáveis e ele (na impossibilidade de aferir quantos) afirma que é romance de quinhentos personagens.

⁸³ Obra citada, pág. 167.

⁸⁴ Obra citada, pág. 162.

A versão original do romance era de oitocentas páginas,⁸⁵ que foram cortadas para quinhentas e sessenta. Em meio a tal profusão de personagens vamos nos ater a dois personagens, que em nosso entendimento ressaltam o tom paradoxal contextualizado naquela obra. São personagens menores, mas que captam com maestria a lógica da violência inerente e presente na obra. Têm algo em comum os dois personagens, tanto Ana Rubro-Negra quanto Cabelo Calmo aparecem apenas duas ou três vezes em toda a narrativa, mas a despeito disso, pode-se, através deles fazer uma pormenorizada dissecação da violência institucional contra o gênero feminino e também do sistema penitenciário.

2.6.1. O FEMININO DE ARI / ANA RUBRO-NEGRA:

Ana Rubro-Negra reúne-se com as amigas em sua casa. Nostálgica dá uma idéia para as demais: Não ta mais a fim de trabalhar em casa de madame pra dar a boa pros vagabundos e levar apenas merrecas, uma vez que as madames dão o retrato falado para os policiais ... O negócio agora ‘é meter mercados’... Não dá pra ‘ficar metendo em feiras’, porque as brancas levam as merrecas contadas para fazer a feira... Tem uma tia ali que faz umas ceroulas que amarradas nas coxas e tendo o fundo largão, dá pra levar coisas caras do mercado... Coloca uma saia larga ... Dá pra botar até garrafa de uísque que passa na boa.⁸⁶

Ana Rubro-Negra aduz que não passa apertado porque ‘___ Vocês têm de fazer que nem eu, quando não arrumo nenhum gilete pra mim dar uma foda no rabo dele, eu meto a mão no canivete e me viro rapidinho...’

A amiga retruca que com ela (Ana Rubro-negra) é diferente, porque na hora que ela queria, virava homem... O que causou riso geral. Atentemos para o fato de que Ana

⁸⁵ SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras – Uma aventura artística incomum – Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pág. 163

⁸⁶ Obra citada, 259.

Rubro-Negra é mesmo uma mulher, mas que não hesita em agir ‘como homem’ quando necessário.

Ana Rubro-Negra estava deprimida pelo fim de um amor que durara um ano e nove meses e aquele almoço com as amigas a reanimara a voltar ao trabalho que havia deixado desde que Pouca Sombra a abandonara, dando a volta por cima. A fase ruim estava passando, do mesmo modo que aquele dia ensolarado.

Saiu do sofá para a cama com o objetivo de acordar refeita e vislumbrar, com batom berrante, bermudinha justa, perfume discreto, maquiagem exagerada, peruca longa, o velho sorriso permanente e imperial funcionando como fronsispício da noite. (pág. 259)

Ana Rubro-Negro retorna ao trabalho nas ruas e fica na primeira noite no melhor ponto, onde arria a bermuda e faz caretas eróticas para os motoristas, que xingam e outros soltam piadas venenosas. Até que um homem para o carro e sem falar, manda ela entrar através de sinais. E diz que já a observava há tempos e que ela tinha sumido dali. Em suma, iniciam um tórrido romance. Dr. Guimarães é gerente de uma agência bancária, é casado e tem filhos. Sente forte atração por homossexuais, mas não tem coragem de terminar o casamento por causa dos filhos. Ao conhecer Ana Rubro-Negro apaixonou-se e vive o drama de assumir o caso ou não.

Nesse ínterim o Dr. Guimarães some, deixando Ana Rubro-Negro cada vez mais triste. Jamais pensou em se dar com homem igual àquele: rico, bonito, educado e que se mostrou louco de desejo todas as vezes que se amaram. Não passava de sonho aquela felicidade. Ele nunca se daria com uma pessoa igual a ela, cheia de pecados cometidos e por cometer, pessoa que queria mudar a natureza das coisas e com isso envergonhou a família. O pai sempre dizia que era melhor ter um filho bandido do que viado. ‘Ser mulher, tudo que mais quis na vida era ser mulher. E por que não nasceu fêmea se gostava tanto de macho? A natureza era burra, muito burra e acima de tudo irredutível’ (pág. 262) Tudo o que queria era amar e ser amada.

Doutor Guimarães acaba optando pelo fim do casamento com Fabiana. Ele e Ana Rubro-Negro passam a morar juntos. Adotam uma criança, filho de uma amiga que vai presa. Ana não retorna mais à favela, a não ser para fazer feira (sic), levando seu bebê no carrinho último tipo e fala apenas com quem fala com ela.

2.6.2. CABELO CALMO: UM MODELO

Cabelo calmo fora preso em flagrante no dia em que completava 18 anos assaltando um casal no centro da cidade. Ficou a princípio numa delegacia do Centro por um tempo. Depois de julgado e condenado foi cumprir a pena que recebera: cinco anos pelos crimes que cometera e por outros, que fora obrigado a assumir diante das torturas sofridas na delegacia. Quando chegou ao complexo penitenciário Lemos de Brito portou-se de maneira a fazer jus ao seu vulgo, sempre quieto, de poucas palavras. Ajeitou-se no cubículo de onde não saiu por uma semana. No décimo dia por volta de meia noite, foi acordado por um interno, sendo avisado que o xerife queria falar-lhe imediatamente. O xerife pergunta a ele se tem dinheiro, no que ele responde que não. Mente dizendo que lá ‘na de Deus’ fizeram uma parada errada e quem teria de pagar seria ele.

___ De hoje em diante você vai ser Bernadete, e ta casadinha comigo!⁸⁷

Cabelo Calmo parte com violência para dentro do Xerife, que se esquivou, esticou o pé, fez com que Calmo tropeçasse e batesse com a cabeça na grade de uma cela. Ensangüentado, sem forças, é levado para sua cela e lá permanece por uma semana.

Enquanto se recuperava recebia cigarros, creme dental e comida vinda de fora do presídio. Imaginava que algum amigo o havia reconhecido e estivesse lhe dando uma força por ele se encontrar debilitado. Porém, no sétimo dia recebeu também um buquê de

⁸⁷ Obra citada, pág. 273.

flores que o fez levantar da cama transtornado. Fez sinal de briga para o xerife que novamente o surrou. Depois de muito apanhar, é levado para a cama do Xerife que o ‘desposa’. A partir deste dia, Cabelo Calmo fazia sexo com o Xerife regularmente. Agia como mulher de malandro: lavava as cuecas, dobrava o lençol todas as manhãs, arrumava-lhe a comida vinda de uma lanchonete próxima ao presídio para os dois comerem e quando falava alguma coisa da qual o Xerife não gostasse, era surrado. A vida de mulher de Xerife lhe proporcionava boa comida, cocaína, lençol, maconha, roupa de cama e água gelada. Nos dias de visita tinha o direito de vestir-se como homem para receber os familiares. Mas, na rotina do cárcere, tinha de andar de calcinha vermelha, a cor predileta do chefe, colocar brinco na orelha e passar batom.

Ao sair da prisão e ganhar rua, era uma pessoa muito mais dura e mais revoltada com a vida. Lembrava-se das várias vezes em que fora acordado com água de esgoto na cara e o cacete dos guardas penitenciários descendo o lombo sem quê nem porquê. Quando o xerife não quis mais fazer sexo com Calmo, sua vida piorou muito, por não ter as regalias de mulher de malandro. O resfriado que se apoderou de seu corpo durou o tempo todo que passou ali. Corpo que, muitas vezes, era alheio aos comandos do cérebro.

Mas a boa era estar vivo e com seu juízo perfeito, pois não teve o azar do Camarão, companheiro de cela:

Nunca tinha praticado um crime, até que um dia, por ver sempre a fome tomando conta da família, resolveu furtar um queijo no mercado, foi preso em flagrante pelos seguranças e entregue à Polícia Civil, que, também através de torturas, o fez assinar a autoria de diversos crimes. Julgado e condenado, Camarão cumpriu pena naquele presídio, onde por ter resistido a um estupro, perdeu a visão esquerda em consequência do espancamento que sofreu. Seu corpo foi pergaminho de várias cicatrizes, corpo de tuberculose. Depois de certo tempo de surras e doenças, Camarão não sabia mais das coisas e por isso, primeiro foi abandonado pela justiça gratuita, depois pela família, por estar com juízo baleado. Quando libertado, virou pedinte no centro da cidade. Depois de seis meses morreu à luz do dia sem socorro ou compaixão.⁸⁸

⁸⁸ Obra citada, 276.

Calmo teve medo de também ficar louco ao presenciar vários casos de loucura, a lepra nos corpos dos vizinhos e doenças venéreas se alastrando pelo presídio. ‘A morte matada e morrida montando guarda inclusive em seus sonhos’.

Calmo jurou para si mesmo que nunca mais entraria em cana. Morreria se fosse preciso, morreria trocando tiros com a polícia para não voltar para a prisão.

Ele volta para a favela e fica cabreiro de alguém saber sobre o que se dera na cadeia e para certificar-se manda Valter Negão, seu irmão do meio, averiguar se havia algum comentário a seu respeito. Pra sua felicidade, os amigos se diziam saudosos e não teceram nenhum comentário sobre a vida sexual no presídio. Pardalzinho manda-lhe dinheiro e Miúdo e Cenoura também mandam uma grana para o amigo ‘bicho solto’, afinal ele merecia uma alça. Perguntado por Miúdo se fora esculachado na cadeia, responde que não. Os amigos fazem festa por seu retorno.

A vida volta ao normal para Calmo. Miúdo dá uma ‘boca’ para ele e até que a quadrilha de Miúdo entre em guerra com Zé Bonito, Calmo continua tranqüilo, à frente de seus negócios até que uma situação inesperada (ou não) o manda para o hospital porque levava um tiro na perna. Ao sair do hospital, Calmo passa a vestir-se com mais distinção: Calça de linho, óculos, relógio com pulseira de couro e às vezes até terno; e não andava mais em qualquer ônibus para não ficar sujeito à *blitz*.

E foi dentro do Frescão que Cabelo Calmo a viu pela primeira vez. A professora, para sorte de Cabelo Calmo, desceu no mesmo ponto que o seu e deu continuidade à conversa que ele iniciara no momento em que esperavam o sinal abrir para atravessarem a rua e seguirem em direção à rua do meio. (pág.539)

Daí por diante, Calmo fazia de um tudo para reencontrar a professora e esta mesmo achando que ele era rude no trato e linguajar, iniciou um romance com o bandido. ‘A paixão que o bandido sentiu amenizou a seriedade. Além de voltar a rir, voltou a brincar, a fazer piadas com os amigos e a se resguardar mais’.

Foi também dentro do ônibus que ela ouviu que aquele sujeito era o Cabelo Calmo, bandido de alta periculosidade, e se ela quisesse mostraria as fotos dele nos jornais.

Com muito custo, a professora convenceu Calmo a se entregar: era melhor do que viver na criminalidade o resto da vida e prometeu que se ele se entregasse não o abandonaria e que seu próprio pai, advogado, trabalharia para tirá-lo do cárcere a curto prazo.

Desde que se apaixonara, Calmo se sentia renascido. Já acreditara na possibilidade de um futuro diferente da vida levada até então.

As idas ao cinema nos fins das tardes de sábado, seguidas de um chopinho gelado e um papo saudável, o fizeram pensar no quanto a vida poderia ser simples e nem por isso menos atraente. Já conseguia ver beleza na vida de casado, projetava seus sonhos ao lado dela e imaginava o quanto seria bom envelhecerem juntos, criando filhos e contando os natais. Por isso, a despeito de todo o sofrimento passado na cadeia, entregou-se à Trigésima Segunda Delegacia de Polícia. (pág. 542)

Uma vez julgado e condenado, foi cumprir pena na no setor B da Penitenciária Lemos de Brito, onde encontrou vários inimigos. Um deles era Carlinho Nervo Duro. No segundo dia, o assassino lhe deu quarenta estocadas na barriga.

2.6.3. O FEMININO E A DIFERENÇA SEXUAL:

Ari era homem, mas queria ser mulher. Calmo era homem e queria ser homem, mas fora obrigado a se comportar como mulher. De qualquer forma - se comportar como mulher – está na base da humilhação. Ora, ao se travestir em mulher, Ari assume a

identidade feminina e chama para si toda a marginalização a que a faceta ‘ser mulher’ direciona. Senão vejamos:

O discurso sobre diferença sexual somente foi possível apenas no findar do século XVIII e início do século XX. Até então os sexos eram concebidos de maneira hierárquica, sempre sendo regulados pelo modelo masculino. Este era o sexo perfeito. Portanto, saímos do paradigma do sexo único para outro no qual existiriam dois sexos, distintos e bem diferenciados. Esse desdobramento teve conseqüências cruciais para a prática social segundo Birman:⁸⁹

Já que convivemos de maneira naturalizada com o modelo da diferença sexual há duzentos anos pelo menos e, assim, perdemos de vista sua relatividade histórica, é preciso que se enuncie com clareza o que tudo isso significa. É preciso então *desnaturalizar* essa questão, inscrevendo-a decididamente na temporalidade histórica.

Foi exatamente quando a igualdade de direitos dos cidadãos se impôs de modo irreversível, como corolário da Revolução Francesa, que o paradigma do sexo único cedeu vez à diferença sexual, subvertendo o modelo hierárquico que imperou no Ocidente desde a Antiguidade.

Entretanto, convém ressaltar que a hierarquia entre os sexos não deixou absolutamente de existir, mas foi deslocado e passou a se fundar no registro biológico da natureza. Daí pra cá a caução passou a ser de cunho biológico, legitimada pela ciência.

A lógica da igualdade dos direitos não se transformaram logo em normas sociais capazes de legitimar a igualdade de condições entre os sexos. Foi necessária uma longa marcha (com algumas contramarchas) em várias etapas e na qual as mulheres foram progressivamente ganhando terreno no espaço social. Note-se que estamos falando da parte ‘mais fraca’ e não necessariamente da mulher. Estamos falando de feminino. Mais à frente

⁸⁹ BIRMAN, Joel. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pág 34.

falaremos da questão de gênero e sua relevância, principalmente para a episteme e a produção de conhecimento.

2.7. LITERATURA E VIOLÊNCIA:

Literatura e realidade têm muito mais do que um estreito contato. Balzac já advertira: é tudo verdade.⁹⁰

Fogo morto e Cidade de Deus têm muitos pontos de contato, muitas diferenças e também muitas coincidências. Os dois autores têm o mesmo nome 'Lins'. Mas isso é apenas uma coincidência. A etnografia encontra-se presente em ambos os romances e a temática da pobreza e da violência como resposta à violência estatal indicam um rastro a ser seguido. Também o fato de serem obras polifônicas, de muitas vozes.

A fala da periferia, a visão de dentro, a linguagem da malandragem utilizada como tradução da violência marginal também denotam uma escolha e uma novidade em Paulo Lins. Da mesma forma que, em 'Fogo morto', Zé Lins se apropria de uma fala coloquial muito mais próxima do popular e da oralidade, de forte conotação social.

O Sertão de José Lins já prevê um herói problemático.

Existe uma homologia rigorosa entre a forma literária do romance e a relação cotidiana dos homens com os bens em geral; e, por extensão, dos homens com os outros homens, numa sociedade produtora para o mercado.⁹¹

⁹⁰ SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras – Uma aventura artística incomum – Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pág. 163.

⁹¹ Goldmann, Lucien. *A Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

Entretanto, em tempos pós-modernos, a figura épica e romanesca do herói degrada-se ainda mais. Mesmo com as intervenções do bom bandido Passistinha, que assevera logo no início que “não pode meter bronca na área, assaltar só na área dos outros, não brigar à toa porque há mercadoria para todos” cedem lugar para uma posição cada vez mais atroz e violenta de seus sucessores.

Fica claro ainda, nas duas obras, que há uma ética a perpassar o comportamento de bandidos, cocotas e malandros em Cidade de Deus. Assim como em Fogo Morto, onde até o cangaceiro cruel respeita os espoliados (prometera à mãe) e está a seu serviço. O conceito de homem cordial deve ser rastreado, porque presente nos dois romances. Cordialidade que não é polidez ou civilidade e não redundante em boas maneiras, mas em descabida generosidade, presentes, por incrível, em toda a narrativa. Tal como já elucidara Sergio Buarque de Holanda com seu conceito de “homem cordial”.

Já alertara Antonio Candido que “achar que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação causal”. Entretanto, se toma o cuidado de considerar os fatores sociais no seu papel de formadores da estrutura, veremos que tanto eles quanto os psíquicos são decisivos para a análise literária, e que pretender definir sem uns e outros a integridade estética da obra é querer, como só o barão de Münchhausen conseguiu, arrancar-se de um atoleiro puxando para cima os próprios cabelos.²³

Ao falar de romance, Bakhtin²⁴ aponta o gênero como paródico e que ao se alimentar das ruínas dos demais gêneros promove a abertura para a dialogia e a heterodiscursividade. Gênero principalmente aberto à experiência. Cidade de Deus e Fogo Morto remetem necessariamente para a fala interna, para a voz do sempre silenciado. Polícia e bandido são igualmente violentos e desumanos, ainda que cada um, o seu modo traga sua humanidade desfeita pelo abismo provocado pelo Estado que não cumpre suas funções básicas. Perde-se a noção histórica de que esse Estado detém o monopólio da violência com vistas a salvaguardar bens escolhidos pela sociedade: vida, incolumidade física e moral, saúde etc.

Ao focar a história de “Cabeça de Nós Todo”, policial sanguinário e corrupto, que ao ser abandonado pela mulher, surta e acaba morrendo, fica clara a fragilidade embrutecida de alguém que já não era mais humano:

O Ceará sempre fora duro para ele. Passara fome em todas as fases da infância. Ainda criança, acordava de madrugada para o batente, tendo só a tarde livre para estudar na única escolinha da região, a mais oito léguas de sua casa. A morte de seu pai acabou de desgraçar-lhe a vida, passou a ver sua mãe fazer qualquer tipo de serviço para dar de comer aos filhos. ... Quem nasce na seca é, pelo próprio nascimento, candidato a tudo. ... no fundo não gostava de ser policial; todos o temiam, quando não, sentiam ódio. Mas policial era bem melhor do que ficar aturando briteiro atrás de um balcão de bar, sabia disso por experiência própria, adquirida no bar do centro da cidade onde trabalhara antes de entrar na polícia. ... Lembrou das vezes que em que foi obrigado a catar restos de comida no lixo, assim que chegou ao Rio. ... O filho morreu de tuberculose. ... Aquele tenente que o colocou na Polícia Militar sempre lhe pedia favores, matar esse ou aquele, um dia o mandaria para o quinto dos infernos. ... A mulher o traiu. ... A seca no sertão cearense descoloriu os mais profundos desejos de sua vida jovem em pleno vôo. ... A mãe morreu de picada de cobra. ... O pai batia na mãe. ... O padrasto também. Um dia pegaria um bicho-solto com mais de dez milhões roubados, tomaria a boa e pediria a baixa. ... se estivesse mudado a mulher não o teria abandonado. ... Nunca teve medo de homem nenhum. ... a mulher o abandonara. Pensou em ir para casa, chorar escondido a perda da esposa, lacrimejar era a sua única defesa. Queria sossego e morreu.⁹²

O policial foi morto e seu corpo jogado numa carroça. O cortejo seguiu com a população em festa açoitando o cadáver com tiros, cusparadas de mães que tiveram os filhos mortos por ele. Atiraram pedras, despejaram latas de lixo, deram pauladas...

Em tempos mais do que soturnos, dramáticos, violentos, interessa-nos mais o ‘tempo’ do que a análise literária propriamente dita. Os romances em tela podem nos orientar como rastros desveladores. Mais do que entender que a literatura espelha a realidade ou vice-versa, queremos, através da literatura, desvendar uma lógica que se subsume na violência atroz e sistêmica.

⁹²LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. Pág. 178.

Convém aqui lembrar que em Cidade de Deus as ações mais violentas resultam de problemas familiares internos: A mulher que trai e é enterrada viva com seu parceiro, o recém nascido que têm os membros decepados porque nasceu branco e só pode ser fruto de infidelidade, a mulher que mata o marido com água fervendo porque era um bêbado. Todos os crimes perpetrados por ‘trabalhadores’! Não fogem à lógica violenta e estão inseridos dentro de um contexto de atrocidade que povoa a própria existência desumana.

A lógica da violência tem muitas causas e dividendos e como bem salientou Pedro Lyra, “O que ocorre com a violência é o mesmo que ocorre com a inflação: se todos saíssem perdendo, ela já teria acabado.”⁹³

2.7.1. ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA:

Estética é um ramo da filosofia (*aísthesis*) que tem por objeto aquilo que está vinculado aos sentidos, às sensações, em oposição ao conhecimento lógico.

Há uma tradição de representação da violência na cultura ocidental. Tal recurso narrativo, ou temático, fez-se sempre presente na narrativa ficcional. Na tragédia grega como forma de terror e/ou piedade, como exigência catártica, segundo esclarece Aristóteles na Poética, com finalidades de purificação das paixões.

No século XVII a base autêntica de quase todo drama de sucesso e também do teatro da época constituía-se na participação do público de forma cada vez mais sanguínea e sensual. Segundo Dorflès, era “o prazer graças ao mal de outrem: o sadismo *ante litteram*.”⁹⁴ O fato é que a relação / vínculo entre obra e ambiente, bem como suas condicionantes sociais, tem sido objeto de análise dos teóricos de maneira geral. Já houve um tempo em que se procurava mostrar que o valor e o significado de uma obra de arte era

⁹³ Lyra, Pedro. *A violência na TV*. In: Revista da Academia Campista de Letras. Ano I – nº 0 – 2003

⁹⁴ (Dorflès, Gilles. *L’Intervalle perdu*, librairie des Méridiens. 1984, p.159, IN: A sedução dos fatos violentos - Muniz Sodré – Discursos sediciosos).

consequência de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que isso constituía o que ela tinha de essencial. Chegou-se depois à posição oposta, tendo-se em vista que sua importância deriva das operações formais postas em jogo na própria obra, conferindo-lhe a peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionantes, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.

Hoje essas visões dissociadas não devem mais ser adotadas já que, como bem afirma Antonio Candido,

só a podemos entender (a obra) fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.”⁹⁵

Podemos então afirmar que a temática violência está presente em toda escritura ficcional desde tempos remotos. Desemboca em nossos dias num contexto vário de era globalizada e após quase um século de cultura de massa.

Por outro lado, há um consenso de que as modernas sociedades industriais são muito violentas. Violência esta que vai além daquela que diz respeito à desigualdade social, da luta de classes. Não está na interface da exclusão social. Vai além, porque é própria dessa mesma cultura de massa, constituindo até mesmo numa estética específica.

A despeito de toda uma teorização a respeito da relação imagem / violência na produção do imaginário dessa cultura, podemos dispensar relações puras de causa e efeito, mas indagar da onipresença dessa imagem totalizante que se transformou a violência em nossos dias.

⁹⁵ Candido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª edição. Publifolha. São Paulo. 2000.

Pode-se sustentar que a grande força sedutora dos acontecimentos / imagens violentas reside na possibilidade de reequilíbrio através da descarga das pulsões agressivas ou sados-masoquistas. Mas, Muniz Sodré adverte “que o desequilíbrio tem sido evidente desde o final da Segunda Grande Guerra, quando a Humanidade passou a ver de muito perto, por meio das técnicas de comunicação, a escalada da crueldade e da tragédia.”

2.7.2. VIOLÊNCIA E CULTURA DE MASSA:

A lógica da imagem fetiche: “o que aparece é bom; o que é bom aparece”.

Na segunda metade do século XX foi nomeada por Adorno (1947) uma nova categoria, *a indústria cultural*, como um setor da produção da cultura comprometido com as estruturas de mercado. A ascensão do *nazifascismo*, a valorização do *American way of life*, bem como um sistema de comunicação incorporado pela dinâmica de expansão do capitalismo viu nascer o conceito de arte como mercadoria.

A emergente sociedade tecnológica / industrial também fez por construir uma realidade que se configurasse como espetáculo, estetizando essa realidade construída, inventada.

Dessa forma, a Indústria cultural privilegia o momento da adaptação do sujeito à realidade e busca a falsa identidade entre o particular e o universal, constituindo sua marca preferencial: a pseudo-individualidade.

A massificação da mensagem e a facilitação dos conteúdos e bem como a busca de públicos medianos / universais (Morin) também decorrem dessa escolha pela superexposição continuada de violências.

Os teóricos frankfurtianos utilizaram o termo “*barbárie estética*” para nomear esse pacto entre violência da sociedade industrial e prazer.

A temática da violência, que é um fenômeno enraizado nas relações humanas, não é novo na arte literária. Pode-se dizer que é tema universal e que sempre esteve presente também na boa literatura brasileira do século XX. Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Rubem Fonseca, Oswaldo França Junior, entre outros grandes ficcionistas, sempre recorreram a esta temática em todas as suas variantes e tipologias.

Entretanto, o uso que se faz na tragédia (drama) e aquele que diz respeito às artes audiovisuais é diferenciado. Na cultura de massa (cinema, tv, rádio, jornais, ciberespaço) a ficção ganha contornos de quase-realidade porque o sujeito consome um produto do qual ele se vê repetidamente exposto às representações de violência. Há um grau de tolerância crescente por parte do consumidor que se acostuma a ver na ficção a resolução de conflitos com base na eliminação ou violação do corpo do outro.

Segundo Maria Rita Kell, “o funcionamento do imaginário dispensa a necessidade do pensamento”⁹⁶, pois cada imagem apresentada proporciona ao telespectador um microfragmento de gozo, e a cada fragmento de gozo, o pensamento cessa. O pensamento é um mecanismo humano que também serve para recuperar o objeto de satisfação que perdeu; tentando reconstituir, pela representação, um substitutivo para este objeto de satisfação perdido.

Portanto, a produção imaginária nos poupa de pensar, pois que oferece continuamente e repetidamente representantes para a satisfação do desejo. Diante da hegemonia do fluxo intermitente de imagens dos meios de comunicação de massa, estamos sempre espetacularmente inseridos num contexto em que não se precisa pensar.

Para Hannah Arendt, a característica humana que mais dignifica nossa condição humana é ser capaz de começar alguma coisa que não existia antes. Segundo Sócrates, “o

⁹⁶ BUCCI, Eugênio & KELL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. Boitempo. São Paulo. 2005, pág.104.

pensar acompanha o viver”. Portanto, o pensamento é o que dá sentido à vida. Maria Rita Kehl conclui que *“a violência do imaginário é a resposta à ausência de sentido na nossa vida quando o pensamento é dispensado e quando os nossos únicos lugares de existência são o corpo e o ato”*.

Daí para a banalização do mal perpetrado pela cultura de massas é um passo e já fora antevisto pela filósofa desde meados do século XX. É óbvio que não vivemos um totalitarismo de estado tal qual vivenciados naquele século, entretanto, como afirmou Maria Rita Kehl:

Uma formação totalitária é uma formação em que as significações que participam do laço social estão tão fechadas que não há lugar para começar algo novo, pois os cidadãos se vêem tão totalmente cercados, congelados e paralisados num discurso de significações estabelecidas que não há brecha para o rompimento desse Outro sem falta.⁹⁷

Pode-se afirmar que nessa sociedade onde o imaginário prevalece, elaborando e formatando o real (um real que não temos acesso) é uma sociedade totalitária. Onde há irreflexão o mal se instaura.

2.7.3 ARTE E MIMESE:

Aristóteles apresenta-se como o primeiro codificador da metodologia científico-filosófico do ocidente. A sua teoria da literatura apresentada na Poética é a primeira sistematização em torno do discurso literário. A obra inicia-se apresentando os problemas centrais do poético, notadamente seu caráter de mimese e após atém-se à forma mimética suprema: a tragédia. Ao recusar o mundo das idéias de Platão, reformula a mimese compreendida por seu mestre (mera imitação da imitação, cópia da cópia), já que para ele a

⁹⁷ Obra citada, pág 105.

mimese não é mera duplicação da realidade, mas a ultrapassa. A arte mimética é recriadora da realidade.

A arte trágica é mimética por excelência, uma vez que as emoções violentas e penosas são, através da arte, purificadas e transformadas em deleite estético e intelectual. Ocorre a catarse. A arte trágica liberta o homem das emoções passionais suscitando um equilíbrio emocional, aliviando sua alma.

Para Aristóteles “*algumas coisas que a natureza não sabe fazer, a arte as faz, outras, ao invés, as imita.*” Nada mais contemporâneo que esta assertiva aristotélica.

Podemos afirmar que a temática violência é universal na escrita literária, porque o é também nas relações humanas. A forma como o homem lida com o drama humano constitui objeto de *mimese* nas criações artísticas e em especial da Literatura. Romance e violência perpassam todas as grandes obras da cultura ocidental.

Entretanto, devemos ficar atentos de que tal *mimese* não se afigura apenas como imitação, pois, como afirma Costa Lima “a *mimeses*, se ainda cabe insistir, não é imitação porque não se confunde com o que a alimenta”. Umberto Eco chega a afirmar que “a ficção desrealiza o real para criar um real mais seguro, portanto “mais real”, do que aquele que se encontrava no ponto de partida”.

Vemos aí fundir-se, como sempre e mais na literatura, a culminância da tríade da qual não se pode abstrair “autor / obra / público” e que por isso mesmo inaugura algo novo e por isso é arte. Para compreender o fenômeno literário, talvez seja necessário proceder como orientou Lévi Strauss: fugir à obviedade entre “cru e cozido”.

E mais, a arte só é arte quando suscita uma determinada indagação num tempo ainda não maduro para que se recebesse plena resposta.⁹⁸ Portanto, investigar como ocorre

⁹⁸BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo. 7ª edição. Brasiliense. 1994.

a representação do fenômeno da violência na cultura de massa e na literatura de grandes nomes nacionais é de certa forma aferir que diferencial é esse, sua origem, sua inserção no contexto da cultura, sua apodicidade.

CAPÍTULO 3: O REAL

3.1 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL:

Tanto em *Fogo Morto* quanto em *Cidade de Deus*, a violência institucional está presente na quase totalidade da narrativa. E não somente lá. Pode-se dizer que a violência institucional encontra-se presente na formação social brasileira e tem raízes históricas profundas. O Estado, principal fomentador desta violência e que teria o dever legal de agir, exatamente para preveni-la, e não o contrário, exercita uma política de seletividade do sistema que consiste em punir pobres, negros, nordestinos e em sua maioria jovens e do sexo masculino. Caco Barcellos⁹⁹ afirma que a polícia paulista mata uma pessoa a cada sete horas, sendo que muitas delas não tem antecedentes criminais e cerca de 60% de inocentes são assassinados por mês.

Trata-se de extermínio *ideológico*,¹⁰⁰ diferentemente do extermínio *mercenário* perpetrado por grupos de matadores de encomenda. Pois este, o ideológico, implica a formulação de um discurso justificador destas práticas, calcado numa concepção racista e xenofóbica de ‘limpeza social’ muito em voga nos dias atuais.

Segundo Gislene Neder¹⁰¹ e na esteira da temática realizada com maestria em *Fogo Morto* e *Cidade de Deus*

As prisões (em todo país) escancaram uma podridão que ressalta a arrogância e o descaso das elites e dos governantes em relação aos direitos (em geral), mas, sobretudo, aos direitos humanos das classes subalternas. O esgarçamento das relações sociais em situações de crise econômica, social, política e moral como a

⁹⁹ BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2002.

¹⁰⁰ Tal distinção foi feita pelo criminalista Nilo Batista em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em junho de 1991.

¹⁰¹ NEDER, Gislene. *Violência & Cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

vívuda presentemente tende a fazer emergir esta podridão, como o fez o episódio da Bastilha que detonou o processo revolucionário francês em 1789.

A violência institucional objeto dos dois romances tem raízes que vão além do controle social, podendo mesmo ser nomeada de sadismo. Ao buscar tais raízes na História, remontando nas origens mais remotas do controle social no Brasil, tentamos entender o processo de ideologização que robustece de legitimidade tais práticas de extermínio humano.

A Inquisição veio para o Brasil no rastro da colonização ibérica e tal fato impregnou a sociabilidade nacional e suas práticas jurídicas num sistema penal fundado na tortura, confissão, delação, suspeição e o segredo dos procedimentos. Também ali se procedeu à condenação sem direito à defesa do acusado. Os autos de fé eram realizados em praça pública, providenciando uma espetacular teatralização, acompanhada de um conjunto de alegorias de poder.

Dentre as características que distinguiam o estilo do Santo Ofício das outras justiças de seu tempo, o segredo encobria todos os passos do processo inquisitorial. Ao réu não era dado conhecer das acusações que pesavam contra ele, nem os nomes de quem tinham testemunhado. Entretanto, ao acusado cabia confessar todos os delitos que pendiam sobre si ou provar que eles não existiram. O processo corria em segredo e a única coisa que o réu podia fazer em sua defesa consistia em contraditar as testemunhas arroladas. Tal contradita consistia em impugnar o depoimento da testemunha tachando-a, por exemplo, de inimiga. Detalhe, o réu podia fazê-lo, ou um procurador constituído, mas ambos não tinham acesso aos autos do processo e nem aos nomes das testemunhas. As contraditas eram então um jogo de adivinhação. No que sucedeu ao irônico comentário de historiadores: 'Eis aqui, pois, como a inquisição procedia em harmonia com a sua inculcada equidade, punindo os adivinhos como feiticeiros e obrigando os seus réus a adivinharem.'¹⁰²

¹⁰² GAMA LIMA, Lana Lage. *As contraditas no processo inquisitorial*. IN: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Ano 11, número 15/16, 2º semestre de 2007. Pág. 307.

Tal como acontece em ‘Cidade de Deus’, onde os ‘bichos soltos’ são instados continuamente a dar conta do passivo policial, sob tortura, assinando os crimes, cometidos ou não. E, desta forma, alimentando o voraz sistema penal. Obviamente, são os marginalizados sociais as vítimas de tal sistema.

Os segmentos étnico-culturais que se situam à margem da sociedade compõem os marginalizados sociais. Aqueles que em momentos de crise econômico-social aguda são ‘objetos de estudo’ dos Cientistas Sociais e Historiadores quando abordam o racismo (judeus), mulheres (bruxaria), homossexuais (homofobia), marxistas, militantes de movimentos sociais e outros excluídos como os leprosos e hereges na sociedade européia da Idade Média.¹⁰³ Entretanto, na dramática situação brasileira, são os adolescentes do sexo masculino e os presidiários (os que movimentam o sistema penal), geralmente de etnia afro-brasileira, os escolhidos seletivamente para sofrer tal violência. Insta analisar esta seletividade e saber como ela se dá.

Ao longo dos tempos a violência adquiriu proporções inéditas. Os jovens brasileiros entre os de 15 e 24 anos são a parcela da população que está mais exposta à violência. Desde 1997, a UNESCO publicou mais de vinte pesquisas sobre a juventude, violência e cidadania, resultando num amplo e detalhado painel da situação da juventude brasileira, donde se conclui que tal estudo mostra que o Brasil em comparações internacionais realizadas em 67 países, encontra-se em quarto lugar nas taxas de homicídios no que se refere à população em geral e em 5º lugar no que se refere à população jovem.¹⁰⁴

Pode-se afirmar que há violência quando:¹⁰⁵

Em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

¹⁰³ GINBURG, Carlo. *A História Noturna*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

¹⁰⁴ WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. Pág.66.

¹⁰⁵ MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

Em fins do século XIX, Durkheim¹⁰⁶ escreveu um tratado sobre o tema suicídio. Este trabalho pode ser considerado uma das pedras da moderna Sociologia. Ressaltava o autor que a taxa de suicídios representa um excelente indicador da situação social, e que seus movimentos se encontram fortemente associados a problemas gerais que afetam o conjunto societal. Entendia ele que a sociedade não é somente o produto da ação e da consciência individual. Ao contrário, as maneiras coletivas de agir e de pensar resultam de uma realidade exterior aos indivíduos que, em cada momento, a elas se conformam. O tratamento do crime, da violência e do suicídio como fato social, permitir-lhe-ia reabilitar cientificamente esses fenômenos e demonstrar que a prática de um crime depende não tanto do indivíduo, senão das diversas formas de coesão e de solidariedade social. Do mesmo modo, ao investigar as diversas formas de violências presentes na sociedade e tematizadas nas duas obras objeto deste trabalho, pretendemos indicar que longe de ser produtos aleatórios de atores isolados, configuram tendências que encontram explicação nas situações sociais, políticas e econômicas que o país atravessa.

Em verdade, a situação dramática do Brasil no que diz respeito à violência Institucional encontra azo numa sociedade marcada por sua origem colonial e escravista. Tanto a colonização quanto a escravidão ditam, ainda, o padrão de estrutura social e de poder que exclui amplos setores da sociedade brasileira. As modificações advindas com o processo de urbanização e industrialização não apagaram essas marcas, que precisam ser reavaliadas, sobretudo pelas permanências simbólicas que atravessam várias conjunturas do processo histórico brasileiro.

A industrialização fortemente vinculada à tecnologia e capitais estrangeiros e com a incipiente inserção das questões do campo, são geradores, cada vez mais, de excedentes populacionais e sociais, que, na ausência de reformas sociais de cunho radical (reforma agrária, educacional) acabam sendo colocados como objeto de extermínio em massa.

¹⁰⁶ DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*: Estudo Sociológico. Lisboa: Presença, 1996.

Além disso, o jogo das forças produtivas em escala mundial, a partir da globalização, com o fim da Guerra fria, em 1989, colocando o capitalismo numa esfera global e, por conseguinte, atravessando fronteiras políticas e culturais, aponta para uma nova dinâmica no que diz respeito à punição de pobres no mundo todo.¹⁰⁷ Senão vejamos:

O tema violência é um fenômeno inquietante não somente em nossos dias atuais, mas, como afirma Gauer:¹⁰⁸

...podemos dizer que a violência é um elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não o resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção. Esse fenômeno aparece em todas as sociedades; faz parte, portanto de qualquer civilização ou grupo humano: basta atentar para a questão da violência no mundo atual, tanto nas grandes cidades como também nos recantos mais isolados.

Já foi falado no primeiro subtítulo deste capítulo, que o conceito de violência não permite uma abordagem objetiva. Também Nicolitt¹⁰⁹ explica que “sua polissemia se deve tanto à multiplicidade de usos pelo sentido comum, quanto à diversidade dos paradigmas subjacentes às grandes teorias científicas.”

Vai nos interessar aqui ir um pouco além e vislumbrar a violência que emana do poder constituído juridicamente. Os teóricos da política, tanto os de direita quanto os da esquerda, concordam que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder. “Toda política é uma luta pelo poder; a forma básica do poder é a violência.”

Afirma Wright Mills, em plena consonância com Max Weber quando define o Estado como “o domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima.”

¹⁰⁷ IANNI, Otávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pág. 83.

¹⁰⁸ GAUER, Ruth M. Chittó. *Alguns aspectos da fenomenologia da Violência*. In: GAUER, Gabriel J. Chittó. *A fenomenologia da Violência*, Curitiba: Juruá Editora, 2000, pág 13.

¹⁰⁹ NICOLITT, *As subversões da Presunção de Inocência: Violência, Cidade e Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, pág.11.

Ora, o consenso é estranho tendo em vista que, como afirma Nicolitt, “equacionar o poder político com a ‘organização dos meios de violência” só faz sentido se seguirmos as orientações de Marx, para quem o Estado era um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante.”¹¹⁰

Entretanto, ao examinar detidamente a questão, verificamos que esta violência, que ergue-se como manifestação significativa nas obras literárias em comento, extrapola a barbárie. Basta lembrarmos do fenômeno ‘assinar crimes’ repetidos à exaustão em Cidade de Deus. Como bem salienta Hannah Arendt:¹¹¹

... Nada é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos freqüente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema. Disto não se segue que autoridade, poder e violência sejam o mesmo. (...) Poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos.

3.2 ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL:

Os historiadores estão de acordo ao considerar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 26 de agosto de 1789 na França, representou um momento decisivo simbolicamente ao inaugurar uma nova época, significando uma virada na história do gênero humano. Ao proclamar a liberdade, a igualdade e a soberania popular, a Declaração foi o atestado de óbito do Antigo Regime, destruído pela Revolução Francesa.

Deixemos de lado a antiga discussão sobre a possibilidade de a Revolução Americana ter antecedido cronologicamente e em importância a Revolução Francesa. O fato é que ambas foram norteadas pelos mesmos princípios inspiradores e fundamentos, o *direito natural*. E também no que diz respeito aos seus objetivos políticos: o governo

¹¹⁰ Obra citada, pág. 15.

¹¹¹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, pág. 31.

fundado no contrato social, a república como governo, a democracia como governo de todos.

O cerne principiológico da Declaração está contido nos três artigos iniciais: o primeiro deles refere-se à condição natural dos indivíduos que precede a formação da sociedade civil; o segundo diz respeito à finalidade da sociedade política (axiologicamente após o estado de natureza); o terceiro ao princípio de legitimidade do poder que cabe à nação. A fórmula – os homens nascem e permanecem livres e iguais em dignidade e direitos - foi retomada literalmente pelo artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948): “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Rousseau já escrevera no início do Contrato Social: “O homem nasceu livre, mas por toda a parte se encontra a ferros”. Entretanto, está a se falar de um nascimento *ideal* e não natural. Pois desde o momento em que a crença numa mítica idade de ouro, retomada no Renascimento, foi suplantada pela teoria da origem ferina do homem e da barbárie primitiva, tomou forma o pensamento corrente de que os homens não nascem nem livres e nem iguais. Portanto, a hipótese racional de que os homens nascem livres e iguais, é uma hipótese que provém não de um dado histórico ou de uma constatação empírica, mas de uma exigência necessária racionalmente para se transmutar a concepção secular de que o poder político, o *jus imperium*, procede de cima para baixo e não o contrário. Mais adiante se falará de igualdade, mas de uma igualdade perante à lei. Nesse diapasão, somente a liberdade será definida no artigo 4º como o ‘direito de poder fazer tudo que não prejudique os outros.’

Essa concepção de liberdade será bem diferente da proposta por Hobbes e também Montesquieu, segundo a qual a liberdade consistiria em fazer tudo o que as leis permitissem, e bem como a definição de Kant, segundo a qual a minha liberdade se estende até o ponto de compatibilidade com a liberdade dos outros.

Não procederemos a uma dissertação exaustiva de todos o direitos inaugurados com A Declaração dos Direitos do Homem e seus consentâneos firmados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 pela ONU. Entretanto, insta salientar que essa nova rubrica foi amplamente criticada tanto pelos conservadores quanto pelos marxistas em geral. Os reacionários a acusaram de excessivamente abstrata. Aliás, a abstratividade do pensamento iluminista é um dos motivos clássicos de todas as correntes antiiluministas. Também Marx a acusava de excessiva ligação com os interesses de uma classe particular, obviamente, a burguesa:¹¹²

O homem de que falava a Declaração era, na verdade, o burguês; os direitos tutelados pela Declaração eram os direitos do burguês, do homem (explicava Marx) egoísta, do homem separado de outros homens e da comunidade, do homem 'enquanto mônada isolada e fechada em si mesma'.

Ora, embora diametralmente opostas, ambas as críticas parecem verossímeis. Entretanto, cabe ressaltar que não podemos nos distanciar da questão de fato relevante: a ocasião histórica em que nascera a reivindicação desses direitos, na luta do Terceiro Estado contra a aristocracia, e também em seus princípios fundantes. Parece primordial, historicamente, a importância da afirmação dos direitos do homem, principalmente o de liberdade, inserido no contexto maior de 'liberdades individuais', pilar do pensamento político universal, do qual não se pode mais voltar atrás, felizmente.

Nessa esteira, o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.¹¹³

¹¹²BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*: Tradução de Carlo Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992, pág. 99.

¹¹³ Obra citada, pág 2.

Pode-se afirmar então, que os chamados direitos naturais são direitos históricos. Advieram junto com a idade moderna, juntamente com a concepção individualista da sociedade, e se tornaram um dos principais indicadores do progresso humano historicamente considerado.

Esses direitos foram chamados ‘direitos de primeira geração’. Com o avançar da sociedade rumo à democracia, surgiram os direitos sociais, chamados de direitos de segunda geração, e após, em fins do século XX, os direitos de terceira geração, como o de viver num ambiente não poluído.

Tudo isso está intrinsecamente ligado à questão do desenvolvimento do Estado de Bem-estar social (welfare state), também conhecido como Estado-providência. Esses Estados se desenvolveram principalmente na Europa, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia, tendo sido implantados com maior intensidade nos Estados Escandinavos (países nórdicos), como a Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Um dos seus principais idealizadores foi Karl Gunnar Myrdal, economista e sociólogo sueco, ganhador do prêmio Nobel de 1974.

Esta forma de organização político-social, que se originou da Grande Depressão, se desenvolveu ainda mais com a ampliação do conceito de cidadania, com o fim dos governos totalitários da Europa Ocidental (nazismo, fascismo), com a hegemonia dos governos sociais-democratas e também das correntes euro-comunistas, com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência do cidadão.

Seus princípios enunciam que todo indivíduo, desde o seu nascimento até sua morte, teria o direito a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado, ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, assistência médica gratuita, auxílio ao desempregado, garantia de renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos, etc.

Este meio de usar a *política social* como meio de se obter a eficiência econômica também encontrou azo no Socialismo Fabiano Inglês, como também no Socialismo Funcional Sueco e no marxismo austríaco. Como advento das lutas dos trabalhadores também se pode afirmar que o conceito teve grande inserção e ressurgindo com força durante a Grande Depressão de 30. A crise teve variados efeitos e um deles foi a constatação de que por ser crise nacional e também social, fazia sentido o discurso de intervenção estatal na economia como um processo de racionalização da reprodução da população e da esfera familiar, baseados na observação de que os custos de reprodução e de criação de filhos estavam desigualmente distribuídos entre as classes sociais Também no que diz respeito às normas do trabalho e na maior produtividade possível – racionalização máxima através do uso de políticas sociais. À noção de *racionalização* foi incorporada o conceito de “*política social produtiva*”¹¹⁴.

Obviamente, essa política, que se expandiu contra os desejos liberais, tinha não apenas como objetivo a redistribuição de renda, mas, e principalmente, o desenvolvimento econômico (lucro) como um todo e investimento para se alcançar maior PIB (Produto Interno Bruto). Seu objetivo claro era o bom funcionamento do mercado. De quebra, a defesa dos direitos do cidadão na saúde, educação e alimentação. Mais, dogma central: *igualdade de oportunidades*.

Ao longo do século XX, desenvolvem-se políticas públicas aumentando o orçamento do Estado para essas áreas. Na Europa, 40% do PIB vai para políticas sociais.

Entretanto, isso não é tudo ainda. Nos EUA, onde, segundo Wacquant, não existiu propriamente um estado do bem-estar, mas um estado *caritativo*, desembocou numa pensada atrofia deste sistema a partir da lei de 1996 sobre a ‘responsabilidade pessoal e o trabalho’, que substituiu o direito à assistência social (*welfare*) pela obrigação do trabalho sub-remunerado (*workfare*).

¹¹⁴ Artigo capturado da internet: IN: <http://pt.wikipedia.org>

Segundo Wacquant, concomitante a isso, a hipertrofia do Estado Penal:

... Eles respondem, cada um à sua maneira, de um lado, pelo abandono do contrato social fordista e do compromisso keynesiano em meados da década de 1970, e, por outro lado, à crise do gueto como instrumento de confinamento sócio-espacial dos negros, que se seguiu à revolução dos direitos civis e à onda de motins urbanos dos anos de 1960. Juntos, eles encerram as populações marginais das metrópolis numa *rede cárcero-assistencial*, que visa a torná-los úteis pela via do trabalho desqualificado ou colocá-los fora do alcance, no coração devastado dos cinturões negros ou nas penitenciárias que se tornaram os satélites distantes destes últimos.

3.3 PUNIR OS POBRES: A GESTÃO DA MISÉRIA

Desde os anos 80, os EUA, através de uma rede de *think tanks* neoconservadores, mantém uma ofensiva organizada com objetivos claros de solapar a legitimidade das conquistas advindas com o Estado do bem-estar social e substituí-lo por um Estado do mal-estar. Obviamente, a finalidade é ‘enquadrar’ os segmentos da classe operária hostis à nova cultura do salário precário e neutralizar os rebeldes, marginalizados e afins. Iniciada por Ronald Reagan e concluída por Bill Clinton, foi impetrada uma nova política no que diz respeito aos direitos sociais nos EUA, com repercussão internacional, politicamente. Tratar-se ia do desmantelamento dos programas sociais de ajuda às famílias carentes (*welfare*), conquista, árdua e paulatinamente alcançada pelos cidadãos estadunidenses. Essa nova política, segundo Loïc Wacquant, foi devidamente divulgada pela campanha do *Manhattan Institute*, que é o centro nevrálgico da Guerra intelectual ao Estado Social, juntamente com o *American Enterprise Institute* e o *Cato Institute*. Segundo Wacquant:¹¹⁵

¹¹⁵ WACQUANT, Loïc. *A globalização da “Tolerância Zero”*. IN: Discursos Sediciosos - Crime, direito e sociedade. Ano 2, número 3. 1998.

Resultando dessa renúncia organizada do Estado ao aspecto econômico e social, a *precariedade* acaba sendo punida pelas medidas policiais e judiciais, popularizadas pelo *Manhattan Institute*, instaurando uma verdadeira ‘caça aos pobres’ na rua.

Para tal foi conflagrada uma verdadeira guerra aos pobres, no que foi intitulada e amplamente divulgada no mundo todo, inclusive no Brasil como a panacéia para a solução da ‘violência’. A fundamentação teórica baseava-se na ‘*teoria da janela quebrada*’. Basicamente, para essa teoria, a luta contra a grande violência criminal se faz por uma repressão severa e da perseguição constante à pequena delinqüência e aos comportamentos incivis que seriam seus sinais anunciadores.

Esta teoria, aliada ao imperativo da ‘qualidade de vida’ – pretexto para uma política de limpeza de classe dos espaços públicos nas cidades – e ao slogan ‘a prisão funciona’, interage para justificar a expansão exponencial e indefinida do sistema penitenciário, no qual são agora depositados os indesejáveis – a população carcerária dos Estados Unidos quadruplicou em vinte anos, atingindo os dois milhões, enquanto a criminalidade estagnava ou recuava neste mesmo período.

O grande partidário da substituição da ajuda social pelo trabalho forçado (*workfare*), Rudolph Giuliani, adotou as novas medidas na prefeitura de Nova Iorque, transformando-a num laboratório, onde foi inventada uma nova maneira de governar a miséria. Para tal desiderato, aliou-se à política da ‘mão invisível’ do mercado de trabalho desqualificado e desregularizado, e à política do ‘punho de ferro’ de um aparelho policial e penitenciário onipresente, intrusivo e hipertrofiado.

Numa Conferência pronunciada em 1996 na *Fundação Heritage*, William Bratton, o novo chefe da Polícia de Nova Iorque, declarava: “Em Nova Iorque sabemos onde está o inimigo”. Estes inimigos seriam os “*squeegee men*” - os sem teto que abordam os motoristas nos sinais para lavar o pára-brisas por uns trocados. Giulliani tinha feito deles o símbolo desprezível do declínio social e moral da cidade durante sua campanha eleitoral

vitoriosa em 1993. Nessa esteira, também os pequenos revendedores de drogas, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os grafiteiros – ou seja, o sub-proletariado, que vive do mercado informal e representa uma ameaça. Este era o alvo prioritário da política da Tolerância Zero: “cujo objetivo anunciado é o restabelecimento da qualidade de vida dos nova-iorquinos, pois estes, sim, sabem se comportar em público: as classes médias e altas, as que ainda votam.”¹¹⁶

Para engendrar tal política de luta contra as pequenas desordens do dia-dia – tráfico, barulho, dejeções, embriaguez, vadiagem – a polícia de Nova Iorque passa a usar um sistema estatístico informatizado. Isso possibilita a distribuição das atividades de cada delegado e patrulha, em função de informações precisas e atualizadas de incidentes em cada setor. Essa estratégia, que parece uma variante de ‘policimento intensivo’, em contraposição ao “policimento comunitário” e ao “policimento por resolução de problemas”, consiste em resolver a burocracia herdada com a aplicação das últimas teorias da administração em reengenharia empresarial e da ‘*gestão por objetivos*’.

Ele transforma as delegacias em ‘centros de lucros’, sendo o lucro em questão a redução estatística do crime registrado, e molda todos os critérios de avaliação dos serviços em função desta medida. Em resumo, dirige a administração policial como um industrial faria com uma empresa considerada de baixo desempenho por seus acionistas.

Nessa esteira, é prodigiosa a extraordinária expansão dos recursos consagrados por Nova Iorque à manutenção da ordem. Em cinco anos a cidade aumentou em 40% seu orçamento com a polícia, alcançando 2,6 bilhões de dólares. Isso representa quatro vezes mais do que a verba com hospitais públicos. Foram contratados mais de 12 mil homens perfazendo um total de 47 mil policiais. Em contrapartida, “os serviços sociais da cidade tiveram um terço de seus créditos amputados e perderam oito mil postos de trabalho, ficando com somente 13.400 empregados.”¹¹⁷

¹¹⁶ Obra citada, pág. 113.

¹¹⁷ Obra citada, pág. 113.

A doutrina da Tolerância Zero propagou-se pelo globo com uma rapidez absurda e com ela a retórica muito em moda de ‘guerra’ ao crime e da ‘reconquista’ do espaço público.

Essa doutrina é o instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e problemas no espaço público - alimentando assim um sentimento difuso de insegurança ou mesmo simplesmente de tenaz incômodo e de inconveniência. Facilitando o amálgama com a imigração, os delinqüentes (reais ou imaginários), os sem teto, os mendigos e outros marginais são assimilados como invasores estrangeiros, elementos alógenos que devem ser expurgados do corpo social, o que acaba trazendo resultados eleitorais positivos nos países varridos por fortes correntes xenófobas.¹¹⁸

Também no Brasil a onda punitiva chega aos estertores: em 1999, Joaquim Roriz, recém eleito governador de Brasília, anuncia a aplicação da Tolerância Zero com a contratação imediata de 800 policiais civis e militares, em resposta a uma onda de crimes de sangue que ocorre periodicamente naquela cidade. Ao ser contrastado de que essa política traduziria um aumento da população carcerária em 30% (e que já se encontra à beira da explosão), ele aduz que então bastará que se construa mais prisões.

3.4. AUTOS DE RESISTÊNCIA:

No Rio de Janeiro são nomeados como *autos de resistência* as situações em que houve resistência do opositor, resultando sua morte pela polícia. Essa estatística tem sido divulgada pelo ISP – Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e está provado que a polícia matou desde 1998 mais de dez mil pessoas em quase 11 anos. Criado durante a ditadura militar, o auto de resistência encobre os casos de execução sumária e os indícios, na maioria dos registros comprovam: as vítimas são assassinadas com disparos pelas costas, na cabeça e à queima roupa. Segundo o Vice-diretor do Laboratório de

¹¹⁸ Obra citada, pág 115.

Análise da Violência da UERJ, o sociólogo Inácio Cano, é uma radiografia da barbárie. Para o sociólogo, “Uma polícia que age dessa forma é a que vive em condições semelhantes a de uma guerra. A redução desses números a um patamar civilizado deveria ser uma das prioridades da política de segurança.” Do governo de Marcello Alencar até o de Sergio Cabral, a média de mortos subiu de 2,2 por dia para 3,3 ao dia, ficando claro que junto aos confrontos legítimos há também os casos de execução sumária e todos são varridos para baixo do tapete sob o nome de auto de resistência.

Segundo escritor e Desembargador Sergio Verani, autor do livro ‘Assassinatos em nome da lei’, o primeiro auto de resistência foi registrado no antigo Estado da Guanabara em 1969. A medida, que não encontra azo no Código Penal, foi criada por portaria logo depois da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI 5), e afirma:¹¹⁹ “esses números são um escândalo democrático. O que há é um extermínio. Não é possível que no Rio de Janeiro morram, dessa forma, cerca de 100 pessoas por mês”.

Ora, o que se depreende desses fatos é que há um deliberado fortalecimento do Estado de Polícia em prejuízo das conquistas democráticas do Estado de Direito. É certo que, como já enunciado no sub-título anterior, os modelos de Estado de Direito e de Estado de Polícia são *ideais*, “sendo possível descobrir na história uma tendência ao progresso do Estado de Direito, mas ele sofre marchas e contramarchas e sua realização em conformidade com o modelo ideal cumpre uma função axial.”¹²⁰

Conclui-se que a punição é um dispositivo comunicacional, uma ‘linguagem’, que passa uma mensagem não tanto para os infratores quanto para o público-testemunha, nesse caso, para a população trabalhadora. Para esses, a mutação punitiva da política social significa, obviamente, que ninguém pode escapar do assalariamento sem se expor a uma degradação material e simbólica pior do que o emprego mais humilhante. É ‘uma guerra de todos contra todos’ a existência numa sociedade submetida ao mercado.

¹¹⁹ Matéria capturada na Internet e fruto da reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da ALERJ, capitaneada por Marcelo Freixo: IN http://www.marcelo_freixo.com.br

¹²⁰ Zaffaroni, Batista et ali. Direito Penal brasileiro, pág. 631.

3.5. A QUESTÃO DO GÊNERO:

3.5.1. CRÍTICA DA CIÊNCIA ANDROCÊNTRICA:

Nos últimos anos, a posição da mulher no direito penal, seja como vítima ou autora de delitos, passou a ser objeto de crescente atenção por parte dos estudiosos da criminologia; A falta de proteção das mulheres face à violência masculina tem sido demonstrada por inúmeras pesquisas.

No primeiro semestre do ano de 2007, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, as mulheres formam a maioria das vítimas de lesão corporal dolosa, ameaça e atentado violento ao pudor, com 61%, 62% e 69% dos casos respectivamente.

Dita violência (de gênero) é praticada geralmente por aquele que têm a maior parcela de poder numa relação e resulta da dita superioridade masculina, transmitida por uma cultura sexista e fálica, que apregoa estereótipos de força, virilidade e potência.

Tal violência, que até pouco tempo era vista como uma questão pertencente à órbita privada, a partir da década de oitenta e face o movimento feminista, passou a ser compreendida de forma mais complexa e trouxe à tona um problema que é cultural, social e público. Além disso, tal violência se revela sobre o outro de diversas formas: física, moral, psicológica, sexual e simbólica

Entretanto, a importância deste tema não foi suficiente para que fosse reconhecido um estatuto adequado ao *cânone epistemológico* e ao princípio estratégico da

luta feminista. Por esta razão tomaram-se objeto de um *metadiscorso*,¹²¹ através do qual as mulheres ligadas às ciências jurídicas vêm procedendo a uma reflexão crítica do argumento até então desenvolvido sobre a condição feminina em relação ao direito de uma maneira geral, não apenas penal.

Sandra Harding tornou-se um ponto de referimento central com sua contribuição à *crítica da ciência androcêntrica* e a fundação de uma teoria feminista da consciência. Esta teoria mostrou que o modelo hegemônico da consciência científica na ciência moderna baseia-se sempre na oposição entre sujeito / objeto, razão / emoção, espírito / corpo, e que em qualquer dessas oposições o primeiro termo (correspondente à qualidade masculina) deve preponderar sobre o segundo (correspondente ao feminino).

Dessa forma, o paradigma da ciência moderna assegura a dominação masculina e ao mesmo tempo a escamoteia, o que tem como consequência tomar a diferença de gênero ignorada.

Para esta autora separação entre produção científica e sua aplicação tecnológica na sociedade (separação imposta pelo cânone epistemológico androcêntrico) presta-se não apenas à reprodução da dominação masculina, mas também da realidade social que a condiciona. Isso reflete que o pensamento abstrato seja atribuído ao homem e o sentimento dirigido às situações concretas, atribuídos à mulher. Desse modo, a ciência não apenas assegura o poder aos homens, como também os libera da carga de responsabilidade pública pelas suas consequências tecnológicas.

Portanto, a demolição do *modelo androcêntrico* da ciência e a reconstrução de um modelo alternativo, pressupõe que não se perca a distinção entre sexo (biológico) e gênero (social). É a construção social do gênero e não a diferença biológica do sexo, o ponto de partida para a análise crítica da divisão social do trabalho entre mulheres e

¹²¹ BARATTA, Alessandro & STRECH, Lenio & PEREIRA DE ANDRADE, Vera Regina. *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre. Editora Sulina. 1999, pág. 20.

homens nas esferas de produção e da reprodução¹²² e bem como da separação entre público e privado.

Não se desmistifica esse círculo vicioso do poder masculino, que se prende a perpetuar as condições e as conseqüências das desigualdades sociais dos gêneros, se não se deslindar essa conexão que condiciona a repartição dos recursos e a posição vantajosa de um dos dois gêneros. Portanto, a luta pela igualdade dos gêneros não deveria ter como objetivo estratégico uma repartição mais igualitária das posições entre os sexos, mas a *desconstrução* dessa conexão ideológica.

Para Pierre Bourdieu a visão androcêntrica é continuamente legitimada pelas práticas que ela determina, vez que suas disposições resultam da incorporação do ‘preconceito desfavorável’ contra o feminino, instituído na ordem das coisas e sobre o qual as mulheres não podem senão confirmar seguidamente. Por isso, a dominação masculina encontra reunidas todas as condições de seu pleno exercício:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.

Para este autor, essa representação androcêntrica é continuamente reproduzida também pelas mulheres, numa relação de violência simbólica onde se vê a objetivação da experiência subjetiva das relações de dominação.

¹²² A expropriação organizada da sexualidade define uma classe, a saber, a das mulheres, assim como a ‘expropriação organizada do produto excedente ou valor excedente’ também define uma classe, a saber, a dos produtores imediatos. IN: BENHABIR, Seyla & COENELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1987, pág 9.

Como tal, dita violência encontra-se na ordem das coisas, num processo de eternização dessas condições de desigualdade. O mesmo autor alerta, entretanto, que a teoria da violência simbólica não visa minimizar o papel da violência física. Pelo contrário, aquela estaria na base desta.

Outro dado é de que a ‘eternização desta relação’ não visa restaurar o mito do ‘eterno feminino’, descrevendo-a como invariável e eterna. Pelo contrário, as mesmas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, e para o qual contribuem não somente os homens (através da força física, por meio da violência), mas as instituições de uma forma geral (família, igreja, escola, Estado).

O acesso ao paradigma de gênero no direito é recente e sua aplicação constitui condição necessária para o sucesso da luta emancipatória das mulheres no campo da ciência e da política do direito.

3.5.2. POR UMA CRIMINOLOGIA CRÍTICA:

Dois modos diversos e inconciliáveis de estudar a questão criminal são os paradigmas, *etiológico* dentro da criminologia tradicional e o da *reação social*, na criminologia crítica.

A criminologia tradicional positivista entendia que esta deveria ser uma disciplina ‘*causal-explicativa*’ do delito, ou seja, tentar esclarecer as causas e origens das condutas criminais. Neste diapasão, qual seria o objeto de estudo da criminologia, uma vez que este vinha previamente dado e vinculado pela lei penal? A contradição residia no fato de que esta era considerada uma ciência objetiva e como tal asséptica ideologicamente e que, além disso, pressupunha um objeto que era delimitado valorativamente pelo poder político. Tal criminologia tinha suas raízes em Cesare Lombroso e tinha sua própria história, independente do direito penal.

Com o tempo, produziu-se uma ruptura de horizonte de projeção, que até então havia se centrado na conduta dos *criminalizados*, e que passa a abarcar o mecanismo próprio da *criminalização*, e bem como do funcionamento do sistema penal como parte do *controle social*.

Ao revelar seu conteúdo ideológico, a história da criminologia passa a confundir-se com a do direito penal, pois abrange a discussão e a justificação da atividade repressiva penal, situando tal começo com a ilustração.

Durante o século XX, nos EUA e na Europa, o fenômeno do desvio passa a ser estudado à luz do *interacionismo simbólico*, com um enfoque diverso, qual seja, do *etiquetamento (labeling approach)*.

A qualidade desviante de comportamentos de indivíduos pode ser entendida se referida a regras ou valores historicamente determinados, que definem certas classes de comportamentos e de sujeitos como desviantes e, como tais, são etiquetadas, in concreto, certas atitudes e pessoas.¹²³

O estudo histórico e sociológico dos sistemas da justiça criminal ressalta, sobretudo, o caráter altamente *seletivo*¹²⁴ do mesmo. Isso se dá não apenas na produção de normas penais (criminalização primária) quanto na aplicação das normas penais por parte dos órgãos da justiça criminal e da opinião pública (criminalização secundária).

¹²³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal / Introdução à sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2002, 3ª edição, pág. 40.

¹²⁴ A prova empírica desta destinação exsurge, inclusive, das estatísticas da população carcerária na Europa, população esta representada, na grande maioria, por -homens provenientes -de grupos sociais desfavorecidos (com déficit de instrução e formação, com uma posição precária no mercado de trabalho, imigrantes, toxicodependentes). *Ibidem*, pág. 49.

Baratta assevera que:

O processo de criminalização e a percepção ou construção social da criminalidade revelam-se como estreitamente ligados às variáveis gerais de que dependem, na sociedade, as posições de vantagem e desvantagem, de força e de vulnerabilidade, de dominação e de exploração, de centro e de periferia (marginalidade).¹²⁵

A criminologia crítica coloca em evidência e interpreta, à luz de uma teoria crítica da sociedade, a repartição desigual dos recursos do sistema na proteção de bens e interesses, e bem como uma desigual divisão dos riscos e imunidades frente ao processo de criminalização. Isso faz com que, ao mesmo tempo, o sistema penal seja reflexo da realidade social e concorra para sua reprodução, numa relação complexa.

3.5.3. CRIMINOLOGIA CRÍTICA E FEMINISMO:

Ao analisar a situação da mulher no sistema da justiça criminal, deve-se afrontar a questão feminina com a questão criminal, dentro de um contexto de uma teoria crítica da sociedade. Ou seja, não se pode também analisar a questão criminal sem ter presente variáveis de gênero.

A sociedade patriarcal, em que estamos inseridos, estruturou uma divisão social / sexual do trabalho onde foi reservado à mulher o círculo reprodutivo, uma vez que, aos homens caberiam o protagonismo da esfera produtiva. É nesta construção material dos papéis que age a construção social dos gêneros.

Por sua vez, o direito penal é um sistema de controle específico das relações produtivas e também da ordem *pública* que o garante. A esfera da reprodução (cuidado e

¹²⁵ Ibidem, pág. 41.

criação com os filhos, doentes e velhos) fica a cargo da mulher (comumente) e restringe-se à órbita *privada*.

Esta ordem privada, até bem pouquíssimo tempo, não era objeto de controle pelo direito penal. O sistema de controle exercido sobre a mulher (no seu papel de gênero) era o informal, realizado dentro da família. O domínio patriarcal na esfera privada não apenas garante isso, como se exercita diuturnamente na violência física contra as mulheres.

Segundo a terminologia de Habermas, a *esfera pública* é aquela na qual se concentram os campos de ação mais prestigiosos, porque assegura a produção material, campo privilegiado dos papéis masculinos, A *esfera privada* é a reservada ao mundo da vida, terreno dos papéis femininos. Na intercessão entre as duas esferas exsurge o sistema de controle penal e o de controle privado.

Portanto, o sistema da justiça criminal intervém para sancionar as desobediências à moral do trabalho, disciplinar os grupos marginalizados, para assegurar a ordem pública e o normal desenvolvimento das relações sociais de produção.¹²⁶

Nesta esteira, o sistema penal se apresenta como sistema principal e o informal (privado) como secundário. Assevera Baratta que:

A não intervenção do sistema penal na esfera privada e a sua abstinência no confronto da violência masculina não podem mais ser considerados, então, como uma tutela da esfera privada por parte do aparelho estatal, mas sim como uma falta estrutural de tutela das mulheres, vale dizer, a legitimação, 'pública' em si do incondicionado poder patriarcal.

Smaus percebeu que 'a violência física face às mulheres têm, além das ações concretas, um significado estrutural, e às vezes parece admitida como quase legal'.¹²⁷

¹²⁶ BARATTA, Alessandro & STRECH, Lenio & PEREIRA DE ANDRADE, Vera Regina. *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre. Editora Sulina. 1999, pág. 48.

¹²⁷ Obra citada, pág. 54.

A criminologia crítica favorece a leitura de situações problemáticas com a intercessão com outras disciplinas, com enfoque multidisciplinar para aplicação de construções comuns, variando segundo a natureza dos problemas a serem enfrentados. Através de uma sinergia, Baratta entende que talvez seja possível restituir ao direito penal o seu papel de última *ratio*, construindo um direito penal mínimo compatível com o Estado democrático de direito.

3.6. O DESEJO MIMÉTICO COMO RAIZ ÚLTIMA DA VIOLÊNCIA:

Ao analisar grandes obras literárias e mitos transculturais, René Girard¹²⁸ - professor de Letras e antropólogo francês radicado nos EUA - observou o seguinte mecanismo: na raiz de tudo encontra-se o desejo humano. O desejo constitui a mola propulsora de transformação. Outros pensadores também já haviam discorrido sobre essa questão: Isaias, Aristóteles, Freud e outros. Entretanto, Girard avança para o seguinte: no desejo não há apenas dois termos: o sujeito desejante e o objeto desejado. Há sempre o 'outro', o terceiro. Esse desejo tende ao infinito, pois não se deseja isso ou aquilo, mas a totalidade – tudo. Como o ser desejante não sabe bem o que deseja, ele deseja tudo. Aristóteles já observara que o *apeíron* (o todo indeterminado) constitui o objeto do desejo. Portanto o desejo é essencialmente mimético. O ser humano deseja o que o outro deseja. Um imita o outro. Esse desejo mimético, entretanto, é gerador de conflitos, pois o sujeito desejante ao querer realizar o seu desejo, tenta excluir o outro.

Então surge a seguinte lógica: quanto mais se deseja o mesmo objeto, mais se procura imitar o outro e mais se procura destruir o outro ou destruir o objeto desejado pelo outro ou por todos os outros.

¹²⁸ GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Com isso, o ponto máximo do mimetismo é alcançado quando os rivais se unem e criam a unidade mimética. Todos se unem contra a vítima sobre a qual todos vão descarregar a violência. O coletivo passa a ter apenas um rival que importa em abater. Desse modo, o desejo mimético é essencialmente *vitimatório* – produz *vítimas* sobre as quais se funda a sociedade e a cultura.

Quando todos se unem para descarregar a violência em cima da vítima, surge a paz e a harmonia. Girard afirma que a criação do *bode expiatório* é fundadora da comunidade e da cultura.

Os gregos chamavam de *pharnakos* às vítimas humanas. Eram pessoas que a sociedade mantinha às expensas do erário e que eram sacrificadas em momentos de crise. Nessa ocasião eram levadas pelas ruas, em todos os cantos da cidade, para absorver as impurezas do ambiente. Com sua sacrifício se produzia um efeito terapêutico, curativo. Toda a violência latente da cidade ficava drenada e apaziguada pela vítima.

O processo civilizatório substituiu a vítima pela *lei*. Ao criar o interdito e a proibição, objetiva-se romper com a cadeia da violência e da vingança. A lei cumpre a função de ordem social. Com a passagem do sacrifício à lei cria-se o *rito*. Através do rito se recorda e se celebra o benefício que a vítima trouxe com sua morte: o apaziguamento e a coesão da comunidade. Por fim, elabora-se o *mito* – narração dramática de todo esse processo ritualizado.

Segundo Girard, *lei, mito e rito* estão na base de toda a cultura e das instituições que dela se derivam.

Como tese geral devemos dizer: onde há instituições, rebrota a violência. As instituições são sistemas auto-reguladores e todas são sacrificiais. Quer dizer, punem, excluem e até eliminam quem não se adequa a elas. Elas concretizam leis e normas estruturadas, possuem seus ritos e elaboram um mito de sua fundação.¹²⁹

¹²⁹ Obra citada, pag 56.

Para Leonardo Boff, especialmente sacrificial é, na atualidade, o sistema econômico e o mercado. Já Adam Smith, pai da economia política, dizia: cada sociedade civilizada deixa morrer aqueles que não chegam a garantir sua subsistência.

Mas o raciocínio de Girard, a partir daí, entrevê na solução cristã a superação para a prática sacrificialista. Mas, também para Boff, a teoria de Girard nos permite entender melhor os mecanismos de reprodução da violência:

A violência dos marginalizados e oprimidos é reflexo mimético da violência primeira e modelar das classes dominantes que impedem a realização do desejo das maiorias. Os oprimidos são violentos porque se encontram, à sua revelia, enquadrados numa sociedade violenta. Eles são feitos vítimas sobre as quais a classe dominante descarrega toda a sua violência e elabora a paz entre os lobos.¹³⁰

Nós perguntamos: quem são as *vítimas* na atualidade? Ora, em Fogo Morto e Cidade de Deus é sempre aquele que está na base da cadeia produtiva ou fora dela. Está claro que, embora o senso comum esteja a pedir sempre mais punição, com o recrudescimento de medidas penais - numa necessidade premente de garantias 'assecuratórias da segurança' - isto se dá porque está a se pedir a radicalização da violência e não o seu contrário, que seria a radicalização da proposta democrática.

¹³⁰ BOFF, Leonardo. *A violência contra os oprimidos: seis tipos de análise*. IN: Discursos Sediciosos – Crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ano 1, numero 1, 1º semestre de 1996, pag. 103.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Atirada para o meio do palco, a violência criminal transforma-se no objeto único da concentração de todos os projetores disponíveis no teatro. Em cena, apenas ela recebe o banho intenso das luzes. O resto é penumbra, às vezes escuridão absoluta. Surpreendida, ofuscada pelos faróis, sem conhecer o papel a desempenhar, a atriz estrela se contorce canhestramente, salta, uiva, range os dentes e espuma de ódio, na tentativa frustrada de romper o cerco brilhante que a envolve. Cada movimento, pelo tragi-ridículo de que se reveste, excita enorme atenção do público e, por consequência, maior empenho dos donos do espetáculo no sentido de mantê-lo em foco, exclusiva e singularmente.

Augusto Thompson¹³¹

Os meios de comunicação de massa dispensam grande parte de seu espaço à divulgação de notícias relacionadas à criminalidade violenta e a seu combate. Na maior parte das vezes essas opiniões se baseiam no senso comum, forjado sem uma análise aprofundada da situação e cobertos sob a aura de neutralidade científica. O que passa despercebido, entretanto, é que esses discursos escamoteiam um pedido de mais violência, como se a qualquer hora pudéssemos abrir os jornais e lá encontrar a finalidade teleológica: retorno primitivo ao regime da lei de talião, olho por olho, dente por dente.

¹³¹ SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. *Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de Polícia*: IN: *Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade*. Ano 11, números 15 e 16, 2007. pág. 345.

Ora, nós cientistas sociais não podemos achar que é possível ainda fazer ciência com neutralidade, impunemente. Os meios de comunicação de massa, de forma geral, ao dar esse tratamento à questão da criminalidade violenta, estão também a promover uma violência simbólica, que no dizer de Harry Pross se manifesta como “el poder de hacer que la validez de significados mediante signos sea tan efectiva que outra gente se identifique com ellos”.¹³²

Ora, a violência simbólica, nas relações de poder, torna-se relevante componente de controle social, pois representa um substituto da força bruta. A manifestação mais cruel dessa violência simbólica é com certeza o seu poder de *etiquetamento*, ao propiciar a criação do estereótipo do criminoso. Afinal, quem tem a palavra ‘constrói identidades pessoais ou sociais’. Normalmente esses delinquentes são expostos como consumidores falhos, na brilhante explicação de Vera Malaguti Batista. Eles constituem-se na antítese dos padrões adequados à sociedade de consumo.

O estereótipo do bandido vai se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. A mídia, a opinião pública destacam o seu cinismo, a sua afronta. São camelôs, flanelinhas, pivetes e estão por toda parte, até em supostos arrastões na praia. Não merecem respeito ou trégua, são sinais vivos, os instrumentos do medo e da vulnerabilidade, podem ser espancados, linchados, exterminados ou torturados. Quem ousar incluí-los na categoria cidadã estará formando fileiras com o caos e a desordem, e será também temido e execrado.¹³³

Foi demonstrado neste trabalho que a moda punitiva vinda dos EUA encontrou aqui no Brasil solo fértil para sua ampliação. Com a ajuda da mídia, que constrói diuturnamente esse referencial alheia a qualquer compromisso crítico, o Estado brasileiro investe numa política criminal que se manifesta apenas como programa de controle do crime e da criminalidade, totalmente influenciada pelo modelo norte-americano e se configura apenas como política penal. Essa política exclui políticas públicas de emprego,

¹³² Obra citada, pág. 346.

¹³³ BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis Ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, pag 28.

salário, escolarização, moradia, saúde e outras medidas complementares, como programas oficiais capazes de alterar ou de reduzir as condições sociais adversas da população marginalizada do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania.

Vê-se que há estreita relação entre o discurso de repressão à delinquência e a nefasta política econômica neoliberal. O regime fundado pelo ‘Consenso de Washington’, há mais de uma década implantado em nosso país aponta para seus resultados perniciosos no âmbito social: abertura dos mercados, privatizações em massa, taxas de juros exorbitantes, redução das verbas orçamentárias sociais. O modelo neoliberal exige a supressão do Estado econômico, o enfraquecimento do Estado social e o fortalecimento do Estado penal. Ou seja, um Estado social mínimo deve corresponder a um Estado penal máximo. Afinal é preciso dar resposta à desregulamentação econômica e sua consequência mais sórdida: o aumento da pobreza. Segundo Nilo Batista:¹³⁴

Prover mediante criminalização é quase a única medida de que o governante neoliberal dispõe: poucas normas ousa ele aproximar do livre mercado – fonte de certo *jusnaturalismo* globalizado, que paira acima de todas as soberanias nacionais - porém, para garantir o jogo limpo mercadológico a única política pública que verdadeiramente se manteve em suas mãos é a política criminal.

Muito bem delineado tanto em Fogo Morto quanto em Cidade de Deus, o direito penal deixa de ser a última *ratio* para os operadores de direito. Nesse diapasão, a prevalência do Estado de polícia em detrimento de diversas conquistas alcançadas a duras penas na luta pelo estabelecimento de uma sociedade que aspira ser democrática.

Por outro lado, os movimentos sociais, de forma geral, têm demandado a necessária inclusão de criminalização de condutas para fazer frente às desigualdades estruturais em nossa sociedade.

¹³⁴ BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no capitalismo tardio. Disponível em WWW.bocc.ubi.pt/pag.batista.nilo.midia.sistema.penal..pdf. Acesso em 29/07/2004., p. 5.

O que, a princípio parece paradoxal, tendo em vista que uma criminologia crítica, face à alta seletividade do sistema penal de controle, demanda cada vez mais uma deformalização desse sistema, dentro de um contexto de despenalização e descriminalização.

Entretanto, a secular desigualdade de gênero, oriunda de uma sociedade patriarcal, sexista, preconceituosa e discriminatória, remonta à necessidade de se buscar um equilíbrio possível das forças então justapostas.

A proteção da incolumidade física, psicológica, sexual e simbólica da mulher por parte do Estado é urgente e precisa ser operada dentro do próprio sistema, sob pena de não podermos sequer reverter o quadro diáfano da violência simbólica perpetrada contra o gênero desprotegido ‘na noite dos tempos’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho, Introdução e notas de Jean Capelle e Estudo Introdutório de Godofredo Telles Junior. Coleção Universidade, São Paulo. Ediouro. 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988, 4º edição.

_____, *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC, 2008, 6º edição.

BARATTA, Alessandro; STRECH, Lenio & PEREIRA DE ANDRADE, Vera Regina. *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre. Editora Sulina. 1999.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2002. 3º edição.

BARCELOS, Caco. *Rota 66*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 16º edição. São Paulo. Cultrix. 2006.

_____, Roland. *Mitologias*. 6º edição. São Paulo: DIFEL. 1982.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis Ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. Revan. Rio de Janeiro, 2006

BAUMAM, Zygmund. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo. Editora Martim Claret. 2000.

BENHABIB, Seyla & CORNNELL, Drucila. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1987.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, Arte e Política – Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. / Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense. 2004.

BIRMAN, Joel. *Gramática do erotismo: A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001

BOFF, Leonardo. *A violência contra os oprimidos: seis tipos de análise*. IN: Discursos Sediciosos – Crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ano 1, numero 1, 1º semestre de 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil. 1999.

_____ *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perpesctiva, 1999.

BUCCI, Bucci & KELL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. Boitempo. São Paulo. 2005.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª edição. São Paulo: Publifolha. 2000.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: Ensaio de Antropologia Política*. São Paulo: Brasiliense. 1980.

CLÉMENT, Catherine & KRISTEVA, Julia. *O feminino e o sagrado*. Rio de Janeiro. Editora Rocco. 2001.

COSTA LIMA, Luiz. *Estruturalismo e Teoria da Literatura: Introdução às problemáticas estética e sistêmica*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1973.

COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de. *José Lins do Rego – Coleção Fortuna Crítica – Volume 7* (Direção Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura, política, identidades*. Belo Horizonte: FALE-UFGM, 2005.

DURKHEIM, Emile. *O Suicídio: Estudo Sociológico*. Lisboa: Presença, 1996

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

ECO, Umberto & SEBEOK, Thomas A. *O Signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FOULCAUT e outros. *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

GAMA LIMA, Lana Lage. *As contraditas no processo inquisitorial*. IN: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Ano 11, número 15/16, 2 semestre de 2007.

GINBURG, Carlo. *A História Noturna*. Companhia da Letras. São Paulo. 2007

_____ *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.
- GONÇALVES, Maria Magaly Trindade & BELLODI, Zina C. *Teoria da Literatura revisitada*. Petrópolis: Vozes. 2005.
- HATOUM, Milton, *Literatura & Memória: Notas sobre Relato de um Certo Oriente*. São Paulo: PUC. 1996.
- HOBSBAWM E. J. *Bandidos*. 2º edição. Rio de Janeiro: Forense. 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- IANNI, Otávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*, Lisboa, Portugal: Ed 70
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- LINS, Ronaldo Lima. *Violência e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1990.
- LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1965.
- LYRA, Pedro. *A violência na TV*. In: Revista da Academia Campista de Letras. Ano I – nº 0 – 2003.
- _____ *Literatura e Ideologia: Ensaio de Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 2º edição.
- MANUEL AGUIAR SILVA, Vítor. *Teoria da Literatura*. 6º edição. Coimbra: Livraria Almedina de Coimbra. 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chaves da Análise de Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares & LAGE, Lana. *Dossiê Mulher 2 / Atualizado* arquivo disponível em www.isp.rj.gov.br, Riode Janeiro: ISP, 2007.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*. Forense Universitária. 3º edição. Rio de Janeiro. 2003.

NEDER, Gizlene. *Violência & Cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

NICOLITT, André. *As subversões da Presunção de Inocência: Violência, Cidade e Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 3º edição. São Paulo: Perspectiva. 2003.

PIGNATARE, Décio. *Semiótica e Literatura*. 6º edição. São Paulo: Ateliê editorial. 2004.

REVISTA, Caros Amigos, Entrevista Paulo Lins, Ed. Casa Amarela; 2003

RICCIARDI, Giovanni. *Sociologia da Literatura*. Rio de Janeiro: Publicações Europa-América. 1971.

REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 17º edição. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1977

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense. 2007.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo-Horizonte: Editora UFMG. 2004.

_____ *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco. 2005.

_____ *Ora (direis) Puxar conversa – Ensaio literários*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. 4ª edição. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras – Uma aventura artística incomum – Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades: Editora 34. 2008. 5ª edição.

SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da, *Neoliberalismo, mídia, movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de polícia*. IN: Discursos Sediciosos, ano 11, números 15/16, 2º semestre de 2007.

SODRÉ, Muniz. *A sedução dos fatos violentos*. In: Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade. Instituto carioca de criminologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1996.

SOUZA, Eneida Maria. *Traço Crítico*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 1993

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em perigo*. Traduzido por Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____ *As Estruturas Narrativas*; Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo - Perspectiva, 2006, 4ª edição.

WACQUANT, Loïc. *A globalização da “Tolerância Zero”*. IN: Discursos Sediciosos - Crime, Direito e Sociedade. Ano 1, número 3, 1998.

_____. *Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 3ª edição, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul & PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito penal brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2001. 3ª edição.

ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: contraponto. 1996.

_____, *Bem vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo. 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)